

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**AMABILLY BONACINA**

**A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: TENSIONAMENTOS HISTÓRICOS E  
DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DO GOVERNO *SELEKA***

**PORTO ALEGRE**

**2018**

**AMABILLY BONACINA**

**A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: TENSIONAMENTOS HISTÓRICOS E  
DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DO GOVERNO *SELEKA***

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Analúcia Danilevich Pereira

**PORTO ALEGRE**

**2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Bonacina, Amabilly

A REPÚBLICA CENTRO AFRICANA: TENSIONAMENTOS  
HISTÓRICOS E DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DO GOVERNO  
SELEKA / Amabilly Bonacina. -- 2018.

78 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. República Centro-Africana. 2. ONU. 3. França.  
4. Seleka. 5. construção do Estado Africano. I.  
Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

**AMABILLY BONACINA**

**A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: TENSIONAMENTOS HISTÓRICOS E  
DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DO GOVERNO *SELEKA***

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora  
UFRGS

---

Profa. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Anselmo Otavio  
UNISINOS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela formação de qualidade e pelas oportunidades que me foram oferecidas ao longo do curso de Relações Internacionais. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa Jovens Talentos para a Ciência e à Pró-Reitora de Pesquisa da UFRGS pela Bolsa de Iniciação Científica que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também à Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira pela orientação e pelos conselhos ao longo deste trabalho e dos dois anos em que fui bolsista de Iniciação Científica junto ao CEBRAFRICA e a todos os professores do curso, que contribuíram para a minha formação. Também agradeço pela oportunidade de participar, não só da área de pesquisa, mas também de extensão (em especial o BIS e o UFRGSMUN), que deixaram minha graduação mais completa e ajudaram a expandir meus horizontes.

Agradeço à minha família pelo apoio e paciência. Sem ela, com certeza, este trabalho não teria acontecido com tanta facilidade. Agradeço ao Marco e à Maria Gabriela, pelo auxílio, revisão, debates e incansável apoio, além da amizade e companheirismo. Agradeço também a Vitória, a Luisa e a Gabriela pela amizade ao longo desses cinco anos de faculdade. Vocês fizeram esse caminho ser leve e completo.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o processo de formação da República Centro-Africana, frente a desafios complexos, típicos de Estados Africanos pós-coloniais. Busca-se responder ao longo dele como os tensionamentos históricos possibilitaram o surgimento da coalizão *Seleka*, que tomou o poder em um Golpe de Estado em 2013, e quais os desdobramentos políticos que resultaram do seu período de governo. Para tanto, será importante fazer uma análise dos conceitos de construção do Estado Africano e do Estado centro-africano, além de uma contextualização histórica do processo de colonização e independência, para compreender as bases dos conflitos armados na República Centro-Africana. O conflito que eclodiu em 2013 possui raízes históricas, que são consideradas como essenciais para a compreensão do conflito e seus desdobramentos políticos posteriores. Ainda, deve-se levar em conta o papel desempenhado pela França, ex-metrópole, pela ONU e pelos países vizinhos na política interna centro-africana. Por fim, serão elencadas algumas considerações finais, observando possíveis alternativas para o fortalecimento do Estado e sua estabilidade duradoura.

**Palavras-chave:** República Centro-Africana; *Seleka*; França; construção do Estado Africano; ONU.

## ABSTRACT

This paper has the objective to study the formation process of the Central African Republic in face of complex challenges, typical of post-colonial African states. It seeks to answer how the historical tensions have made possible the rising of the *Seleka* coalition, that has taken the power after a *coup d'État* in 2013, and which political consequences are resultant from this government. In order to understand these consequences, it is important to analyze the concepts of African state building and Central African state building, and also explore the historical context of the processes of both colonization and independence, to understand the main reasons behind the armed conflicts in Central African Republic. The conflict started in 2013 has historical roots, considered as essential to understand the conflict and its further political deployments. It is also important to take in consideration the role played by France (the former metropolis), by the UN and by the neighbouring countries on Central African internal politics. Finally, final considerations will be raised, observing possible alternatives in order to strengthen the state and creating a stable scenario.

**Keywords:** Central African Republic; *Seleka*; France; African state building; UN.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - Mapa da República Centro-Africana.....                                  | 23 |
| Figura 2 - Mapa das reservas de diamante na RCA .....                              | 43 |
| Figura 3 - Mapa das atividades dos grupos rebeldes no nordeste da RCA (2010) ..... | 45 |
| Figura 4 - Áreas controladas pela <i>Seleka</i> em jan/2013 .....                  | 47 |
| Figura 5 - Operação Sangaris.....  | 56 |
| Figura 6 - Posições da MINUSCA na RCA.....   | 64 |
| Figura 7 - Quantidade de deslocados em dezembro 2015.....                          | 66 |
| Figura 8 - Grupos rebeldes em 2015 .....   | 67 |

## LISTA DE SIGLAS

|           |   |
|-----------|---|
| AEF       | África Equatorial Francesa  |
| AFISM-CAR | <i>African-led International Support Mission in the Central African Republic</i>                    |
| APRD      | <i>Armée Populaire pour la Restauration de la Démocratie</i>  |
| BM        | Banco Mundial   |
| BINUCA    | <i>Bureau Intégré de l'Organisation des Nations Unies en Centrafrique</i>                           |
| BONUCA    | <i>Bureau des Nations Unies pour la Consolidation de la Paix en République Centrafricaine</i>       |
| CEEAC     | Comunidade Econômica de Estados da África Central   |
| CEMAC     | Comunidade Econômica e Monetária da África Central  |
| CFA       | <i>Communauté Financière Africaine</i>  |
| CMRN      | Comitê Militar para Recuperação Nacional  |
| CPJP      | <i>Convention des Patriotes pour la Justice et la Paix</i>  |
| CPS       | Conselho de Paz e Segurança   |
| CSNU      | Conselho de Segurança das Nações Unidas   |
| CSPK      | <i>Convention Patriotique pour le Salut du Kodro</i>  |
| DDR       | Desarmamento, Desmobilização e Reintegração   |
| EUA       | Estados Unidos da América   |
| EUFOR     | <i>European Union Force</i>   |
| FACA      | <i>Les Forces Armées Centrafricaines</i>  |
| FDPC      | <i>Front Démocratique du Peuple Centrafricain</i>   |
| FMI       | Fundo Monetário Internacional   |
| FOMUC     | <i>Force Multinationale en Centrafrique</i>   |
| FPR       | <i>Popular Front for Recovery</i>   |
| FPRC      | <i>Front Populaire pour la Renaissance de la Centrafrique</i>                                       |
| LRA       | <i>Lord's Resistance Army</i>   |
| MDRP      | <i>Multi-Country Demobilization and Reintegrtrion Program</i>                                       |
| MESAN     | <i>Movement for the Social Evolution of Black Africa</i>  |
| MICOPAX   | <i>Mission de consolidation de la paix en Centrafrique</i>  |
| MINURCA   | Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana   |
| MINURCAT  | <i>Mission des Nations Unies en République Centrafricaine et au Tchad</i>                           |
| MINUSCA   | <i>Mission multidimensionnelle intégrée des Nations Unies pour la stabilisation en Centrafrique</i> |

|       |  |
|-------|--|
| MISAB | <i>Mission interafricaine de stabilisation à Bangui</i>                            |
| MISCA | <i>Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine</i> |
| MLPC  | <i>Mouvement de Libération du Peuple Centrafricain</i>                             |
| ONU   | Organização das Nações Unidas  |
| PBC   | <i>Peacebuilding Commission</i>  |
| PNUD  | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                                  |
| PRAC  | <i>Programme de réinsertion et appui aux communautés</i>                           |
| RCA   | República Centro-Africana  |
| RDC   | <i>Rassemblement Démocratique Centrafricain</i>                                    |
| SSR   | <i>Security Sector Reform</i>  |
| UA    | União Africana   |
| UE    | União Europeia   |
| UFDR  | <i>Union des Forces Démocratiques pour le Rassemblement</i>                        |
| UN    | <i>United Nations</i>  |
| UPC   | <i>Union pour la Paix en Centrafrique</i>  |

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2</b> | <b>A FORMAÇÃO DOS ESTADOS AFRICANOS.....</b>                                     | <b>13</b> |
| 2.1      | A POLÍTICA COLONIAL FRANCESA.....  | 14        |
| 2.2      | O ESTADO MODERNO AFRICANO.....   | 17        |
| <b>3</b> | <b>A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: GEOGRAFIA, COLONIALISMO E INDEPENDÊNCIA.....</b> | <b>22</b> |
| 3.1      | GEOGRAFIA, ECONOMIA E SOCIEDADE.....   | 22        |
| 3.2      | COLONIALISMO E INDEPENDÊNCIA.....  | 23        |
| 3.3      | HISTÓRIA POLÍTICA DA RCA INDEPENDENTE.....                                       | 26        |
| 3.4      | CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO CENTRO-AFRICANO.....                                | 30        |
| <b>4</b> | <b>A "NOVA" ETAPA POLÍTICA NA RCA.....</b>                                       | <b>33</b> |
| 4.1      | O GOVERNO ELEITO DE PATASSÉ.....   | 33        |
| 4.2      | <i>LA BOZIZIE</i> .....  | 37        |
| 4.2.1    | <b>As políticas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração.....</b>          | <b>40</b> |
| 4.2.2    | <b>O papel da mineração de diamantes nos conflitos.....</b>                      | <b>42</b> |
| 4.3      | O GOLPE DE ESTADO DE 2013 E O GOVERNO DE MICHEL DJOTODIA.....                    | 46        |
| <b>5</b> | <b>DESDOBRAMENTOS DO GOVERNO DA <i>SELEKA</i>.....</b>                           | <b>51</b> |
| 5.1      | O GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE CATHERINE SAMBA-PANZA.....                             | 52        |
| 5.2      | A PRESENÇA PERSISTENTE: O PAPEL DA FRANÇA.....                                   | 54        |
| 5.3      | A ÁFRICA CENTRAL E A UNIÃO AFRICANA.....   | 57        |
| 5.4      | A RESPOSTA DA ONU À CRISE.....   | 59        |
| 5.5      | CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTABILIDADE PROLONGADA.....                              | 65        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>70</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>73</b> |
|          | <b>APÊNDICE A – CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS NA RCA.....</b>                    | <b>78</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A África é um continente de países jovens. Diferentemente de suas antigas metrópoles (cujos Estados levaram mais de três séculos para se construírem tais como se apresentam hoje), eles ainda estão se construindo. Assim, não raro se pode observar que vários desses Estados lutam para romper com sua herança colonial, criar relações políticas próprias e buscar um desenvolvimento autônomo. A República Centro-Africana (RCA) é um desses Estados. Tornou-se independente da França em 1960, na chamada "década africana" e, desde então, vem enfrentando diversos desafios típicos de Estados pós-coloniais. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta um estudo do país, que se localiza no centro da África, sem saída para o mar e que ainda busca superar adversidades para estabilizar e fortalecer o Estado.

A situação enfrentada hoje pela RCA é complexa. Para entender as dificuldades em reconstruir as instituições estatais e promover acordos de paz entre os grupos rebeldes que sejam eficientes e duradouros, é necessário que se faça um estudo aprofundado de como o país se desenvolveu após sua independência da França, em 1960, e quais foram os desafios enfrentados na construção do seu Estado. Nesse sentido, faz-se cada vez mais importante entender as bases históricas que levaram a eclosão do conflito em 2013, sem incorrer na relativização de suas causas.

Nesse contexto, o problema de pesquisa é como os tensionamentos históricos possibilitaram o surgimento da coalizão *Seleka* e quais os desdobramentos políticos (internos e externos) gerados pelo seu período no governo da República Centro-Africana. Como hipótese tem-se que o surgimento da coalizão *Seleka* está diretamente ligado ao contexto político histórico da RCA. O principal objetivo do estudo é entender como o contexto histórico de formação do Estado centro-africano contribuiu para o surgimento da coalizão *Seleka* e os desdobramentos políticos da tomada do governo por parte coalizão. Como objetivos secundários do trabalho têm-se: (i) fazer uma análise das especificidades do Estado Moderno na África e uma contextualização histórica do processo de colonização e independência para compreender as bases do conflito na RCA; (ii) analisar as mudanças de governo ao longo dos anos, com destaque para as transições políticas violentas e (iii) analisar os elementos causais histórico-políticos e estratégicos da instabilidade política na RCA.

Reconhecendo a influência que a República Centro-Africana possui nas dinâmicas securitárias da região central da África, o presente trabalho justifica-se primeiro na necessidade de se ampliar os conhecimentos sobre o país em questão, dada a escassez de trabalhos sobre a RCA, bem como de aprofundar os estudos sobre a situação de pós-conflito

vivida pelo país. Segundo, é importante destacar a possibilidade de participação do Brasil na Missão da ONU na República Centro-Africana, a MINUSCA. Em 2018 o governo brasileiro foi convidado a liderar a missão e mesmo tendo declinado o convite, uma participação no futuro não foi completamente descartada. Nesse sentido, este trabalho procura contribuir para o conhecimento do contexto da região de possível atuação brasileira.

Os conflitos internos e a influência externa nas decisões políticas revelaram-se uma constante no processo de organização estatal centro-africano. Sucessivos Golpes de Estado e a emergência de grupos rebeldes dispostos a desafiar o governo central, principalmente a partir de 2004, apresentam-se como elementos centrais para a compreensão dos eventos sucedidos em 2013, e conseqüentemente, para este trabalho. A atual instabilidade é conseqüência do processo de formação do Estado, das disputas de poder e da influência externa na política interna da RCA, dificultando o processo de cessar-fogo entre os diversos grupos armados.

Para alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa, o presente trabalho faz uma análise qualitativa de fontes primárias e secundária e de obras teóricas sobre a construção do Estado Moderno Africano, utilizando-se do método descritivo-explicativo de fatos e eventos importantes ocorridos no período estudado. Divide-se em quatro capítulos de desenvolvimento, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo visa aprofundar o debate sobre a formação dos Estados Africanos. Neste capítulo, serão abordados dois pontos fundamentais para o posterior entendimento do Estado centro-africano: o primeiro é a política colonial francesa, com destaque para a África Equatorial Francesa, que influenciou diretamente na organização do Estado e da economia centro-africana; o segundo ponto são os aspectos teóricos sobre a construção do Estado Moderno Africano, que possui suas singularidades, conseqüência do período colonial e de políticas neocoloniais.

O segundo capítulo analisa aspectos da formação da República Centro-Africana. Para isso, será apresentada uma contextualização geográfica, englobando aspectos econômicos e societários, seguidos de uma análise do período colonial francês, no qual a RCA era conhecida como Ubangui-Shari e posteriormente pelos primeiros governos, já no período de independência. Nesse período (que vai de 1960 a 1993) o país teve dois Golpes de Estado, perpetrados por generais do Exército, que ajudaram a moldar o caráter da política centro-africana. No fim do capítulo, algumas considerações sobre as particularidades do Estado centro-africano são feitas.

O terceiro capítulo começa a partir das eleições presidenciais de 1993, nas quais Ange-Félix Patassé saiu vitorioso. Ademais, é um período de mudanças no Sistema Internacional, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e com mudanças na

política francesa para a África, conhecida como *Françafrique*. Assim, esse capítulo analisa, não só as influências na RCA das alterações da geopolítica mundial, mas também os governos que se seguiram até 2013. Vale destacar que após Patassé, tanto François Bozizé (2003-2013) quanto Michel Djotodia – líder da *Seleka* – (2013-2014), alcançaram o poder através de Golpes de Estado. Nesse período também, tem-se a primeira Missão estabelecida pelas Nações Unidas na República Centro Africana, dando início a presença constante da ONU em território centro-africano, que nem sempre logrou saldos positivos de sua atuação.

O último capítulo, por fim, versará sobre os desdobramentos do Golpe de Estado de 2013 conduzido pela coalizão *Seleka*. O período considerado na análise é de 2014 a 2016. Apesar do governo oficialmente ter durado menos de um ano, foi possível elencar quatro desdobramentos políticos principais: o governo interino de Catherine Samba-Panza; a presença militar francesa; as relações regionais e, por fim, a nova postura da ONU, que vai autorizar o estabelecimento de uma missão de paz robusta, a primeira desse tipo no país, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). No fim do capítulo, algumas considerações sobre a instabilidade prolongada serão feitas, a fim de considerar desafios ainda pendentes para o novo governo eleito em 2016. Nas considerações finais deste trabalho, procurou-se, além de responder o presente problema de pesquisa, fazer algumas considerações sobre as medidas que vêm sendo tomadas, tanto a nível nacional, quando a nível internacional, para estabilizar o Estado, fortalecer suas instituições e resolver a crise política de maneira duradoura e eficiente.

## 2 A FORMAÇÃO DOS ESTADOS AFRICANOS

As Relações Internacionais da África são um objeto de estudo relativamente novo, assim como os próprios Estados Africanos. O colonialismo, fruto da expansão europeia, teve na África seu ápice com a Conferência de Berlim e transformou profundamente as dinâmicas políticas e econômicas locais até então vigentes (KRIPPENDORFF, 1979). Nesse sentido, propõe-se neste capítulo abordar algumas das questões surgidas com o período colonial e herdadas pelos Estados independentes após 1960.

A situação colonial trouxe muitas mudanças para as sociedades africanas, em especial no campo econômico. O trabalho na mineração, nas estradas e mesmo em postos baixos da administração requeriam homens e mulheres locais. Foi necessário construir cidades e atrair as pessoas de suas vilas para esses novos centros urbanos. Com o tempo, elas acabavam sendo mais facilmente seduzidas a entrarem na economia monetizada implementada pela administração colonial, por diversas razões. Ademais, a nova ordem colonial acabou por modernizar a educação, pois era preciso ter mão de obra capacitada, melhorar as estradas e os meios de comunicação nas cidades africanas. A necessidade de educar a população, não só por razões funcionais, mas também por ser compreendida pelos europeus como sua "missão civilizatória" fez com que diversas escolas fossem abertas em todas as colônias, com destaque para a atuação de missionários católicos e protestantes. Em um dado momento, segundo Wallerstein, se formaram mais pessoas educadas com os valores ocidentais do que era necessário para a manutenção da econômica colonial. Esse "excesso" causou tensões com a estrutura colonial, contribuindo para o nascimento dos movimentos nacionalistas africanos (WALLERSTEIN, 1961).

Entretanto, apesar de poucas consequências favoráveis à população (por exemplo, modernização da educação, da saúde, desenvolvimento de infraestrutura), o colonialismo modificou a estrutura prévia que vigorava entre as sociedades africanas dominadas. O maior exemplo disso foi a unidade territorial estabelecida, que ultrapassava os limites dos diferentes grupos étnicos e as unia sob a mesma administração. Segundo Wallerstein (1961, p.35), isso mexeu com a psicologia das vilas e conseqüentemente com sua estrutura de controle. A organização colonial foi concebida para atender as necessidades das metrópoles, logo não foi criada uma economia integrada que beneficiasse os africanos. Esses viriam a ser grandes desafios para o desenvolvimento e para a integração, posteriormente, dos novos países independentes.

Por conseguinte, as mudanças econômicas, a ampliação da educação e a migração para as cidades resultou na formação de uma nova elite, não necessariamente cooptada entre aqueles que tinham autoridade e *status* prévios, mas advinda de uma geração com visões e valores inspiradas nos europeus e na modernidade, que não estava disposta a seguir o antigo chefe ou reconhecer uma autoridade imposta como antes. Trata-se de uma elite ocidentalizada, e que quer se manter ocidentalizada. Wallerstein avalia que essa mudança social foi uma das maiores consequências das novas estruturas criadas, uma vez que a partir dela, essas elites passam a refutar a autoridade tradicional, incluindo a autoridade colonial, baseadas nas ideias de igualdade, autogoverno e soberania, com as quais tiveram contato na Europa. Lentamente começa a surgir o desejo de libertação dos valores considerados "fora de moda" (WALLERSTEIN, 1961; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014).

## 2.1 A POLÍTICA COLONIAL FRANCESA

É importante destacar que a colonização efetuada pelos franceses foi diferente da inglesa, da portuguesa e da belga. Neste trabalho, apenas abordaremos as particularidades francesas, uma vez que o país do estudo de caso proposto (República Centro-Africana) pertenceu a África Equatorial Francesa. Nesse sentido, a relação que a França manteve com suas colônias, entre 1884 e 1960 foi bastante próxima, tanto que o termo *la Françafrique*<sup>1</sup>, utilizado pela primeira vez pelo presidente da Costa do Marfim, possuía um significado positivo (TAYLOR, 2010).

Entender, afinal, o desenvolvimento do colonialismo francês ajuda a entender como ainda hoje o país mantém-se tão presente nas questões internas de suas ex-colônias. Nesse contexto, destaca-se, conforme apresentado por Wallerstein (1961), a existência de uma relação quase paternalista, conhecida como colonização por assimilação, derivada da crença jacobina de igualdade. Nessa lógica, o africano que havia estudado na França, convivia nos salões de Paris, era (ao menos na teoria) um homem honrado, um igual.

Após a Segunda Guerra Mundial, tanto a França quanto a Grã-Bretanha viram que era necessário repensar a política colonial. A ascensão dos movimentos nacionalistas, bem como a pressão externa feita pelos EUA para ter acesso aos mercados africanos levou o General de Gaulle a convocar uma reunião em Brazzaville (1944), a fim de estabelecer reformas na

---

<sup>1</sup> Atualmente o termo *Françafrique* tem sentido negativo, tendo sido utilizado por François Verschave em seu livro *La Françafrique: le plus long scandale de la République* para expor as relações neocoloniais e corruptas entre o governo francês e os governos autocratas africanos (TAYLOR, 2010).

política colonial, autorizando os territórios africanos a elegerem membros para o corpo legislativo francês. Manter o império unido era entendido como questão de sobrevivência para a França, principalmente pelo papel que as colônias tiveram durante a guerra (SCHMIDT, 2013). A concepção da importância das relações franco-africanas será traduzida no projeto de criar uma *Communauté franco-africaine* (Comunidade franco-africana). A partir das primeiras independências na década de 1950, dos países do norte da África, os africanos passaram a demandar cada vez mais autonomia da França, conquistando em 1956 a *Loi-cadre* que concedeu semi-autonomia aos territórios franceses, abrindo caminho para as independências que viriam a partir da década de 1960 (WALLERSTEIN, 1961).

Em 1958, pouco antes da maioria das colônias ficarem independentes, a proposta da *Communauté* foi apresentada para os africanos, que puderam votar sua participação na comunidade ou receber imediatamente a independência, em um referendo ocorrido em setembro de 1958. Com exceção da Guiné, de Sékou Touré, todas as demais colônias votaram por aderir ao projeto. Nesse contexto, foi possível, antes das independências, a assinatura de diversos tratados e acordos bilaterais, que abrangiam questões de defesa e segurança, questões de política externa, de economia, finanças, comércio e questões monetárias. A França logrou manter a dependência de suas ex-colônias com esses acordos, que só viriam a ser revisados em meados da década de 1970 (MARTIN, 2002).

Cumprir destacar que ser independente apresentava uma série de novos desafios aos jovens Estados. Como ressalta Schmidt (2013), a maioria das novas nações possuía um território pequeno, economicamente fraco e ainda dependente da ajuda francesa tanto na política como na economia, configurando relações tipicamente neocoloniais. A presença francesa não era apenas por parte do governo. Diversas empresas, principalmente mineradoras e petrolíferas possuíam negócios nos países africanos, somado ainda a presença de empresas de telecomunicações, empresas militares e de rádio (SCHMIDT, 2013).

Paralelamente a política oficial francesa para a África, tem-se o desenvolvimento de políticas clientelistas e corruptas, que ficaram conhecidas como *Françafrique*. Segundo Verschave (2003), autor que cunhou a expressão, essas políticas eram colocadas em prática através de um conjunto de atores econômicos, políticos e militares, tanto na França e quanto na África. A corrupção e o desvio de recursos destinados a ajuda humanitária enriqueciam governantes africanos por um lado, e por outro, garantiam para a França recurso e acesso às matérias-primas africanas às suas empresas. A *Françafrique* funcionava em três níveis: (i) a cooptação das elites, através de relações personalizadas com os governantes africanos, principalmente pelas redes de contatos desenvolvidas por Jacques Foccart; (ii) presença

militar, através de acordos de cooperação em defesa, assinados à época da independência e de bases militares, instaladas nas antigas colônias e (iii) presença econômica, através de empresas francesas, do Franco CFA e das convenções de Yaoundé e Lomé (CLAPHAM, 1996; VERSCHAVE, 2003).

É importante destacar a figura de Jacques Foccart na política francesa para a África. Ele foi conselheiro especial para assuntos africanos e responsável pelos desenvolvimentos das relações pessoais com os líderes africanos e ficou no governo de 1960 a 1974, quando foi substituído por René Journiac pelo presidente Giscard d'Estaing. Com a volta dos gaullistas ao poder com Jacques Chirac em 1986, Foccart foi restituído ao seu antigo posto de conselheiro. Entretanto, vale ressaltar que as relações França-África sempre se mantiveram próximas, fossem partidos de esquerda ou de direita no poder na França (SCHMIDT, 2013).

No período pós-colonial, a França desenvolveu uma estrutura burocrática que amparava as suas políticas de caráter neocolonial, mantendo a África como sua zona de influencia no período da Guerra Fria. Através dos Acordos de Yaoundé (1963 e 1969) e depois a Convenção de Lomé (1975) a França logrou institucionalizar os laços neocoloniais e tornar os africanos dependentes do mercado europeu (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014).

Outro ponto importante a ser destacado é o Franco CFA – *Colonies Françaises d'Afrique* – que foi criado em 1948 e ligava as colônias à zona do Franco Francês. Logo no início havia alguns benefícios, como a convertibilidade da moeda, que estava atrelada ao Banco Central francês; contudo, ao participar do Franco CFA, o país abria mão de sua autonomia econômica, que ficava vinculada ao que era decidido em Paris. Em 1958, ele é renomeado para *Communauté Financière Africaine* e mesmo com o advento das independências, continuou vigente como moeda local.

Mais tarde, a partir da necessidade francesa de reorganizar sua política africana, em 1993, a França suspende a livre conversibilidade do Franco CFA e anuncia que aqueles países que quisessem ajuda francesa precisariam aderir às políticas de boa governança e aos ajustes estruturais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Em seguida, em 1994, unilateralmente, a França desvaloriza o Franco CFA em 50%, causando choques nas economias dos países africanos e agravando os problemas econômicos (SCHMIDT, 2013).

Em contraste com o período da Guerra Fria, quando a presença francesa também se justificava para afastar o bloco soviético e manter as ex-colônias como países aliados, o período subsequente demandou uma reorganização da política francesa para a África. Somado a isso, a opinião pública e a sociedade francesa começam a criticar as políticas que eram

empregadas nas relações franco-africanas. Como resultado, em 1998, o governo francês incorpora o Ministério da Cooperação - que era voltado exclusivamente para a África - no Ministério das Relações Exteriores. Outra mudança significativa no período foi a redução dos contingentes militares em solo africano. Segundo Taylor (2010) essa redução foi de 40%, entretanto, apesar de oficialmente a França garantir que encerrou as relações de clientelismo e da *Françafrique*, a prática ainda mostra que eles continuam presentes, defendendo seus próprios interesses no continente (TAYLOR, 2010).

## 2.2 O ESTADO MODERNO AFRICANO

Conforme as nações do continente conquistaram suas independências, novos desafios foram surgindo. Após anos de domínio externo, fez-se necessário reorganizar as instituições e os governos, a fim de construir um projeto que atendesse ao povo africano e não mais à metrópole.

Segundo Wallerstein (1961) um governo recém independente ainda é muito instável. Deve-se levar em conta que muitos países não possuíam um longo passado em comum, e sua identificação como nação surgiu a partir de um mesmo ideal: combater a presença externa. Conforme os Estados alcançaram a independência, não havia mais um inimigo a combater e a mobilização política vai aos poucos se dissipando. Nem todas as expectativas foram atendidas e o desafio seria manter o país unido. Nesse contexto, a economia ganha destaque como elemento de unidade, uma vez que a diversificação econômica, o investimento em infraestrutura e uma melhora nas condições gerais influenciam a psicologia da população em favor do Estado.

Dessa forma, é importante que se analise o Estado Moderno Africano de maneira específica. Como aponta Wallerstein, o problema dos novos Estados é justamente ser novo. Não há a presença de mitos comuns presentes no imaginário social como, por exemplo, as revoluções na França ou os Pais Fundadores nos EUA, que legitimem uma estrutura jurídica. Há a necessidade de se reconectar com o passado para fortalecer a ideia de ser um Estado. A legitimação do Estado depende da população ver ele na prática, isto é, como ele afeta a sua vida cotidiana (através de leis, impostos, instituições, etc.). Wallerstein coloca que as pessoas devem ver o Estado como “nós” e não como “eles”. Dessa forma, passa-se a desenvolver um sentimento de pertencimento. Também é muito importante a existência de partidos políticos e heróis nacionais. Onde o partido e o herói forem fracos, também o processo de modernização e integração da nação será (WALLERSTEIN, 1961, p.95). Ambos devem ser unidos, a fim de

manter a nação unificada. O herói, em especial, será o símbolo da nação, responsável por legitimar o Estado e estabelecer o mito nacional, elementos importantes para manter a nação unida (WALLERSTEIN, 1961).

Se por um lado há necessidade de elementos simbólicos, por outro, há desafios na formação do Estado pós-colonial. É possível destacar características comuns a esses Estados como: a formação territorial, herdada da partilha do continente, feita pelos países europeus; a construção de suas estruturas produtivas e suas relações econômicas, tanto interna quanto externamente; a formação das elites e dos grupos de interesse, responsáveis por formular as políticas nacionais e também pela política externa (CASTELLANO DA SILVA, 2017; BRUCAN, 1974).

É importante compreender o papel das elites que se formaram e a quais interesses elas servem (podendo estar a serviço do interesse nacional - que conforme Brucan (1974) são os desejos que estimulam as atividades da nação e por conseguinte sua política internacional - ou atrelada ao interesse externo). É essencial analisar como o Estado e as elites pretendem fazer para alcançar seus interesses (meios de coerção, capital e legitimidade). De acordo com Castellano da Silva:

[...] a esfera coercitiva se vincula às capacidades de que o Estado dispõe na sua finalidade de provimento de segurança e proteção. A esfera do capital envolve acumulação e concentração do capital na sociedade e a capacidade extrativa do Estado em transformar recursos sociais (capital e pessoas) em poder político e econômico. A esfera da legitimidade compreende, para este estudo, a obediência derivada da coação, os aspectos simbólicos (identidade nacional, mitos comuns e imaginário social) que fundamentam a sustentabilidade da relação entre o Estado e sociedade e a efetividade das instituições e a garantia de direitos, bem-estar e justiça. (CASTELLANO DA SILVA, 2017, p. 94).

Por fim, ainda se deve destacar as relações neocoloniais que permeiam muitas das políticas das antigas metrópoles em relação aos novos países africanos. Segundo N'Krumah "[...] a essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior" (N'KRUMAH, 1967, p. XIII). Em outras palavras, apesar de independentes, esses países ainda estão subjulgados ao interesse dos países economicamente mais fortes, que detêm controle sobre a política, através de meios econômicos e monetários. Esses elementos moldam o Estado Africano Moderno e por vezes aparecem como desafios à unidade e à estabilidade de governos. Ainda, deve-se levar em conta que o capital estrangeiro, dentro do neocolonialismo é utilizado para a exploração e não para o desenvolvimentos das nações menos desenvolvidas. N'Krumah ainda afirma que todas as antigas colônias africanas estão sujeitas a um certo grau

de pressões neocoloniais, as quais, mesmo resistindo, não conseguem escapar totalmente (N'KRUMAH, 1967, p.23).

Logo, a compreensão da sequência de desafios e de problemas que se apresentaram aos Estados africanos possui ligação direta com a sua construção pós-colonial. A complexidade do período de descolonização não pode ser omitida da análise, uma vez que apresenta desdobramentos até hoje. Esse processo configurou-se como um rearranjo das estruturas políticas africanas. No período consecutivo à independência, Chazan et al. (1999) afirmam que "o Estado africano era praticamente ignorado" (CHAZAN et al., 1999, p.38, tradução nossa) e o maior entendimento de sua importância veio na década de 1970, com o reconhecimento das instituições como agentes na arena global. Entretanto, quem são essas instituições e como elas se relacionam com a sociedade?

Por muito tempo o Estado recém independente foi atrelado a sua classe dominante. Em outras palavras a elite política governava para si, numa relação personalista com o poder e a opção de centralizá-lo na mão de um único governante foi observada em diversos países africanos<sup>2</sup>. O vácuo de relação entre o Estado e suas instituições e a sociedade vai ter um preço. Entre 1970 e 1980, a grande maioria dos países africanos estava passando por uma crise organizacional em suas administrações. O problema central se apresentava na forma de busca por consolidar sua legitimidade. Durante a descolonização as metrópoles devolveram a administração e o aparato político para os países africanos. Contudo, predominava a dificuldade de consolidar o poder e a autonomia recém reavidas, num cenário de alianças incertas, vulnerabilidades externas e altas expectativas e demandas por parte da sociedade (CHAZAN et al., 1999).

A construção do Estado, entretanto, não se limita apenas a condução do poder e as escolhas acerca do regime. É necessário desenvolver estruturas governamentais, responsáveis por amparar o governo bem como o novo Estado. Entre essas estruturas, destaca-se a administração pública e o aparelho burocrático, o aparato coercitivo, com a criação da polícia e das Forças Armadas - símbolo da independência e da soberania (CHAZAN et al., 1999, p. 58) - a ordem jurídica e o sistema legal do país, que ainda em diversos casos continuava atuando conforme herdado da metrópole e por fim a máquina política, ou seja, o poder executivo dos países (CHAZAN et al., 1999).

---

<sup>2</sup> Chazan et al. destacam alguns fatores importantes que influenciaram a centralização do poder: a coalizão dominante teve papel destacado durante a luta pela independência; pouco interesse em defender uma constituição no pós-independência; os sistemas herdados não proporcionaram experiências suficientes para essas novas realidades e muitos dos países não possuíram o envolvimento de uma classe média no processo de independência (CHAZAN et al., 1999, p. 47).

Muitos Estados, nas décadas de 1970 e 1980, experimentam diversas mudanças de regime, e a população começava a ter dificuldade em depositar sua confiança nos governos. As práticas políticas também não estimulavam a confiança, uma vez que tendiam a beneficiar só os mais próximos de quem estava no executivo. O largo uso do dinheiro público para enriquecimento pessoal dos políticos, funcionários e seus apoiadores alimentava ainda mais a crise nos países. Outro problema da administração destacado pelos autores era o aparato governamental estufado, caro e incapaz de prover e suprir as necessidades mais básicas do povo (CHAZAN et al., 1999).

Na década de 1980 os países sofreram com uma grave crise econômica, conhecida como "a década perdida africana".

[...] a chamada *década perdida*, na qual a economia africana regrediu aos padrões de trinta anos antes. Em 1990 a dívida externa dos países africanos atingia 272 bilhões de dólares (90% do PIB), que era o dobro da de 1980. Mesmo os países exportadores de petróleo sofreram dramaticamente devido à redução dos preços. Mesmo projetos de desenvolvimento industrial bem-sucedidos, como o da Argélia, entraram em colapso (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 143).

As políticas neoliberais propagadas pelos países desenvolvidos exigiram dos Estados africanos reformas estruturais, para que pudessem receber ajuda do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Diversos líderes africanos relutavam em adotar tais mudanças e poucos países as fizeram de forma consistente. Nesse período, o comércio internacional africano piorou, com a queda do preço das principais *commodities* exportadas (cacau, café, algodão, madeira e minério de ferro) e a dependência das exportações fez com que vários países acabassem por aceitar, em alguma medida, as novas regras de ajustes estruturais propostas pelo FMI e pelo BM (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014; CHAZAN et al., 1999).

A década seguinte apresentou, então, um número significativo de reformas econômicas relacionadas a reformas políticas, que são apresentadas por Chazan et al. como medidas democratizantes e liberalizantes. Contudo, nem sempre políticas mais liberais significavam crescimento econômico, tendo os países africanos passado por uma forte regressão nesse período. Também, deve-se destacar o fim da Guerra Fria, que reduziu o poder de barganha dos países africanos no contexto internacional e representou uma certa marginalização do continente (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014; CHAZAN et al., 1999; CLAPHAM, 1996).

Os anos 2000, no entanto, representam o ano do renascimento africano. Diversas iniciativas de integração foram fortemente endossadas pela África do Sul, Nigéria e pela Líbia

e em 2002 tem-se a criação da União Africana, que substituiria a Organização da Unidade Africana, criada em 1963. Ainda seriam lançadas a Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano, resultante do amadurecimento de tentativas anteriores de reconstruir o continente e a utilização da Comissão Econômica para a África (1958), para instrumentalizar as ideias do Renascimento Africano, que foi responsável por elencar prioridades para o desenvolvimento regional. Essas iniciativas visavam promover uma nova dinâmica para o desenvolvimento africano, reduzindo as diferenças entre o continente africano e os países desenvolvidos (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014).

### 3 A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: GEOGRAFIA, COLONIALISMO E INDEPENDÊNCIA

O capítulo anterior apresentou um panorama sobre a formação dos Estados Africanos, analisando conceitos de construção do Estado Africano e as particularidades da política colonial francesa para a África. Nesse sentido, o presente capítulo pretende trazer esse debate para o caso da República Centro-Africana (RCA), explorando aspectos geográficos, bem como o colonialismo e a história política da RCA independente. Entre 1960 e 1993, período abordado neste capítulo, a RCA teve três governantes que moldaram o caráter da política centro-africana: David Dacko (1960-1965 e 1979-1981), Jean-Bédél Bokassa (1965-1979) e André Kolingba (1981-1993). Também destaca-se na análise do período os acontecimentos externos, que de alguma forma influenciaram nos rumos da política centro-africana.

#### 3.1 GEOGRAFIA, ECONOMIA E SOCIEDADE

A República Centro-Africana localiza-se no centro do continente africano, sem saída para o mar. Com um território repleto de riquezas naturais, com destaque para ouro, diamantes, madeira, urânio e petróleo, o país, em 2015, teve uma taxa de crescimento do PIB de aproximadamente 4,8% e a renda *per capita* da população era de 600 dólares (VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA, 2018). Cabe ressaltar que em 2015 o país estava reconstruindo sua economia e retomando a estabilidade de suas instituições, sob o governo provisório de Catherine Samba-Panza, após conflitos em 2014 entre ex-*Selekas* e anti-*balakas* e o estabelecimento da *Mission multidimensionnelle intégrée des Nations Unies pour la stabilisation en Centrafrique* (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana, MINUSCA, sigla em francês). A economia centro-africana concentra-se majoritariamente em torno da agricultura<sup>1</sup>, principalmente de algodão, café, mandioca, madeira e tabaco (43,2% do PIB), seguida de serviços (40,8%) e por fim da indústria, em especial a mineração de ouro e diamantes, exploração da madeira e refino de açúcar (16%) (CIA WORLD FACTBOOK, 2018).

---

<sup>1</sup> A agricultura aparece em primeiro lugar por dois fatores: o primeiro é a herança do colonialismo francês, que investiu principalmente na produção de algodão na região da RCA, logo já existia uma infraestrutura mais avançada nesse setor. O segundo fator se refere a dificuldade de exploração das riquezas naturais, uma vez que a deficiência de infraestrutura encarece e dificulta o escoamento da produção, além da possibilidade da produção ser saqueada por grupos rebeldes.

Figura 1 - Mapa da República Centro-Africana



Fonte: UN Department of Field Support, Cartographic Section (2016).

A capital Bangui é a cidade que concentra a maior parte da população do país (851 mil habitantes). Entretanto, vale destacar que aproximadamente 60% da população – que é de cerca de 5.745.062 habitantes – vive em áreas rurais, concentradas na parte central e oeste do país. A população se divide em sete etnias principais (Baya 33%, Banda 27%, Mandjia 13%, Sara 10%, Mboum 7% M'Baka 4% e Yakoma 4%) e outras minoritárias que somam 2% da população. Além disso, a maioria da população tem como religião crenças animistas (35%), o restante se divide entre protestantes (25%), católicos romanos (25%) e muçulmanos (15%). A RCA possui 62% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, sendo um país com uma expectativa de vida relativamente baixa (53 anos), decorrente a alta mortalidade infantil, materna e por AIDS. O idioma oficial é o Francês, contudo, grande parte da população também fala Sango (considerada idioma nacional), sendo este um elemento constituinte da identidade nacional do país (CIA WORLD FACTBOOK, 2018).

### 3.2 COLONIALISMO E INDEPENDÊNCIA

Apesar da independência em 1960, conforme destaca Lombard (2016), a República Centro-Africana era uma das colônias mais pobres a conquistar autonomia. Logo após a partilha, na qual se acordou com a Bélgica os limites do Congo Belga, a França fica com a

margem direita do Rio Ubangui. A área designada, chamada inicialmente de Congo Francês, era localizada no interior do continente, mais isolada e com relativa hostilidade por parte dos nativos da região (que ao contrário das populações costeiras, não estavam acostumados com os europeus). Essas condições levaram a região a passar quase despercebida pela França nos anos iniciais da colonização (SMITH, 2015a; VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA, 2018).

O Congo Francês em 1910 passou por uma reorganização, que resultou na criação da unidade administrativa da África Equatorial Francesa (AEF), que englobava os territórios dos atuais Gabão, República do Congo, Chade e RCA. As fronteiras do Ubangui-Shari<sup>2</sup> mudariam ainda duas vezes: a primeira no ano seguinte com o repasse de uma porção do território ocidental aos Camarões alemães e a segunda no pós-Primeira Guerra Mundial, quando a França recebe o domínio do território de volta (SMITH 2015a; VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA, 2018).

A AEF foi explorada através de um sistema de concessões, tendo sido a colônia mais negligenciada pelos franceses. Esse sistema repassava o processo de colonização para empresas interessadas em explorar economicamente a região e como consequência, desenvolveu-se o mínimo de infraestrutura e o mínimo de integração com a população local. Atuaram nessa região cerca de 40 companhias, em uma fase inicial, que pagavam uma taxa de 15% dos seus lucros anuais para a França em troca do monopólio de exploração. O esperado era que as companhias fizessem investimentos na região, desenvolvendo principalmente a infraestrutura. Entretanto, o interesse das empresas era no lucro a curto-prazo, levando esse sistema a falhar. Durante esse período, os ubanguienses não se mantiveram pacíficos com a condição de exploração, tendo ocorrido rebeliões contra os franceses. A mais conhecida delas foi a Rebelião Kongo-Wara<sup>3</sup> entre 1928 e 1931. Após a Segunda Guerra Mundial, a França alterou o método de colonização, em uma tentativa de aumentar os lucros com AEF, fazendo com que os investimentos na colônia passassem a ser estatais. Para a população centro-africana pouco mudou: as concessões ficaram mais restritas e as terras devolvidas pelas empresas passaram a serem controladas pela metrópole (LOMBARD, 2016; MARCHAL, 2015; VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA, 2018).

O Ubangui-Shari acabou ficando conhecido em Paris como a "Cinderela do Império", um apelido pejorativo para a colônia mais pobre entre as possessões francesas (LOMBARD;

---

<sup>2</sup> Ubangui-Shari era o nome da colônia francesa no atual território da RCA.

<sup>3</sup> A Rebelião Kongo-Wara foi uma rebelião anti-colonial, mobilizada pelos nativos da região da atual RCA contra os franceses. Em 1931 os franceses derrotam os insurgentes, prendendo e executando os líderes do movimento.

CARAYANNIS, 2015). A dificuldade, na época, estava no escoamento da produção, tanto da colônia de Ubangui-Shari quanto do Chade, pois apesar de alguns poucos rios navegáveis, o acesso a região era difícil. Ademais, o país, tanto no período colonial quanto hoje, possui um potencial de riqueza enorme<sup>4</sup>.

Na época da independência do Ubangui-Shari, se sob o ponto de vista econômico observou-se pouco desenvolvimento da região, conforme apresentado, tampouco pode-se dizer que sob o ponto de vista político e social foi melhor. Conforme dados apresentados por Smith (2015a), no ano de 1930, 1% das crianças frequentavam a escola e em 1950 chegava apenas a 8%. A educação básica obrigatória só viria a ser estabelecida em 1966, pelo presidente (e depois imperador) Bokassa. Pode-se concluir então que haviam poucas pessoas capacitadas no país para assumir os postos administrativos governamentais, se colocando como um desafio frente as novas demandas do período posterior ao colonialismo.

Durante o período gaullista, as colônias francesas cooperaram com os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, através de recrutamento militar e fornecimento de alimentos. Em 1944, perto do fim da Guerra, de Gaulle, na Conferência de Brazzaville, ajudou a planejar reformas coloniais que aumentaram a autonomia das colônias. O Ubangui-Shari também recebeu os benefícios da nova legislação, que incluíam a concessão da cidadania francesa aos colonizados, uma representação na Assembleia Nacional em Paris e a criação de assembleias locais (VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA, 2018).

É importante, ainda, destacar que nesse contexto emergiram movimentos buscando maior autonomia para as colônias. Assim, surge o *Movement for the Social Evolution of Black Africa* (Movimento para a Evolução Social da África Negra, MESAN) em 1949. O MESAN, todavia, era um movimento mais ligado ao combate do racismo e a igualdade entre os povos dentro do regime colonial, não articulando mobilizações pró-independência junto aos demais partidos metropolitanos (VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA, 2018). O seu líder e fundador era o Padre Barthélemy Boganda, que em 1946, foi eleito representante da colônia na Assembleia Nacional Francesa em Paris. Quando a *loi-cadre* francesa, que garantia maior autonomia as colônias, foi aprovada em 1956, o Ubangui-Shari continuou com sua postura amigável em relação a França.

---

<sup>4</sup> No que tange aos recursos da RCA, o primeiro a ser destacado é a madeira, uma das principais riquezas do país. Foi também uma das *commodities* mais exploradas durante o antigo período de concessões. Ao norte, na fronteira com o Chade, existem reservas de petróleo, que foram e são exploradas por empresas internacionais. Mais ao sul e a sudeste encontram-se reservas de urânio, contudo, em uma profundidade que dificulta e encarece a sua exploração, mas ainda sim, são reservas consideradas estratégicas e que atraem o interesse externo (SMITH, 2015b).

Contudo, Smith (2015a) afirma que Boganda foi a personificação do despertar da nação centro-africana, uma vez que, à iminência das independências, ele propôs que as colônias formassem um Estado federado. A proposta ia além dos territórios da África Equatorial Francesa, englobando também as colônias ibéricas, belgas e Camarões. Dessa ideia surge o nome República Centro-Africana. Paris, no entanto, não via com bons olhos as aspirações federalistas de Boganda, que era Primeiro Ministro da nascente República Centro-Africana (que ainda fazia parte da *Communauté*) em 1959 (VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA, 2018). Pouco tempo depois, ele vem a falecer num acidente de avião, apenas um ano antes da República Centro-Africana ficar independente. Sua perda, segundo o Smith (2015a), foi duramente sentida pelo país e por sua população, que careciam de uma figura política central.

### 3.3 HISTÓRIA POLÍTICA DA RCA INDEPENDENTE<sup>5</sup>

A morte prematura de Boganda leva o professor Abel Goumba a assumir o posto de Primeiro Ministro da RCA, em 1959. Contudo, com o advento da independência no ano seguinte, ele não conseguiu se manter como presidente<sup>6</sup>. Quem assumiu, em uma "eleição" que ocorreu com o parlamento cercado por seus apoiadores, foi David Dacko, antigo Ministro do Interior na época colonial (SMITH, 2015a). O novo presidente, então, estabelece um regime autoritário e unipartidário e manda prender Goumba. Como medidas do novo governo, tem-se o estabelecimento de leis repressivas, a dissolução dos demais partidos políticos e a censura a indivíduos considerados subversivos. Os fundos de ajuda humanitária destinados ao Estado, designados para o auxílio do desenvolvimento econômico, político e social, eram usufruídos na verdade por poucos, ligados a administração do país (SMITH, 2015a).

Em 1963, Dacko encaminhou para a Assembleia Nacional um pedido para realizar eleições presidenciais com sufrágio universal. Assim, foram organizadas eleições em 1964 (salienta-se que, uma vez que o sistema era unipartidário, a eleição pode ser entendida como uma maneira de legitimar o governo de Dacko e suas medidas autoritárias) e Dacko é eleito como presidente. Em sua busca por ampliar seu apoio tanto dentro do país quanto fora, seu governo reconhece a República Popular da China, medida que chama a atenção de Paris. Com o seu afastamento do governo por problemas pessoais, antes que ele pudesse indicar o seu

<sup>5</sup> Devido a escassez bibliográfica sobre a história da República Centro-Africana, esse subtítulo conta com pouca variedade de fontes.

<sup>6</sup> Com o advento da independência o sistema de governo da RCA sofreu mudanças. Enquanto colônia seu representante principal era o Primeiro Ministro, junto ao parlamento francês; e a partir de 1960 o país adota o presidencialismo, sendo seu principal representante o presidente.

sucessor, ele acaba sendo destituído do poder por um golpe executado pelo chefe das Forças Armadas, Coronel Jean-Bédél Bokassa (SMITH, 2015a).

Vale destacar que o governo de Dacko contou com o apoio da França, enquanto foi conveniente, e essa apenas exigiu que a RCA adotasse um programa de recuperação econômica em contrapartida. Ressalta-se que na época da independência, viviam no país em torno de 6 mil franceses, que o governo de De Gaulle não podia “abandonar” e que servia como justificativa para a presença na ex-colônia. Quando aconteceu o primeiro Golpe de Estado, Paris estava descontente com as medidas do governo de Dacko, ao passo que as tropas francesas apenas observaram os acontecimentos, sem interferir (SMITH, 2015a).

No dia 31 de dezembro de 1965, o Coronel Bokassa, que lutou pelo exército francês na Indochina, tomou o poder de Dacko, em um golpe de Estado que foi considerado desproporcionalmente sangrento. Apesar de um começo bastante controverso, até 1970 aproximadamente, o seu governo teve uma certa popularidade. Os motivos para tal são bastante significativos: Bokassa tinha um plano ambicioso, considerado inclusive megalomaniaco, conhecido como "Operação Bokassa", para promover reformas que desenvolveriam o país. Apesar de pretensioso, ele logra coloca em prática algumas de suas propostas (SMITH, 2015a; LOMBARD, 2016).

O contexto em que se encontrava o país foi economicamente favorável durante os primeiros anos do governo de Bokassa. O *boom* das *commodities* e as boas colheitas de amendoim e algodão geraram recursos para o país. Fez-se grandes obras, como a pavimentação de estradas e a construção de rotatórias devido ao aumento de tráfego nas estradas e rodovias. Foram construídos prédios modernos para os ministérios e uma universidade. Bangui, a capital, ficou conhecida como "*Bangui-la-coquette*", apelido que ilustrava os investimentos feitos em grandes obras, principalmente na cidade (SMITH, 2015a; LOMBARD, 2016).

O apoio da França ao Coronel Bokassa nunca foi aberto, e as relações bilaterais entre ambos os governos só aconteceram devido a Jacques Foccart. De Gaulle não queria se associar a imagem de um governante sanguinário, como ele o apelidou. Contudo, Foccart conseguiu convencê-lo a receber Bokassa para uma reunião. O mesmo se passou anos depois com o presidente Georges Pompidou, que também possuía ressalvas em se relacionar com o presidente da RCA. Contudo, 1974 foi eleito na França um presidente que tinha laços estreitos com o Coronel Bokassa, Valéry Giscard d'Estaing, antigo ministro das finanças francesas e a partir de então, nota-se uma maior aproximação em relação à antiga colônia (SMITH, 2015a).

A partir da década de 1970, conforme Smith (2015a) o preço das *commodities* despenca, dando início a uma crise econômica que não vai se limitar apenas a República Centro-Africana. Nesse sentido, em 1976, buscando ampliar as relações bilaterais com a Líbia de Qaddafi, Bokassa se converte ao Islã. Na mesma época, seu governo aumenta mais a repressão à população.

Talvez o momento mais emblemático do período de governo de Bokassa tenha sido em 1976, quando ele anuncia a criação do Império Centro-africano<sup>7</sup>. A partir desse momento, ele passa a ser chamado de imperador Bokassa I, e é coroado um ano depois em 1977. A singularidade da situação rendeu o apelido, pela imprensa internacional, de "farsa tropical" e contava com o apoio da França, do governo d'Estaing. Ange-Félix Patassé, que na época era Primeiro Ministro de Bokassa, rompe com o governo devido ao aumento das medidas despóticas e funda um partido de resistência, chamado de *Mouvement de Libération du Peuple Centrafricain* (Movimento pela Libertação do Povo Centro-africano, MLPC, sigla em francês) (SMITH, 2015a).

Em 1979, após estudantes realizarem uma manifestação em Bangui, eles são duramente reprimidos, episódio que ficou conhecido como o massacre de Ngaragba. Centenas de jovens entre 6 e 20 anos foram levados pelas tropas do Imperador para a prisão de Ngaragba e foram brutalmente espancados. Muitos morreram asfixiados pela falta de ventilação nas celas (SURVIVORS..., 1979). Esse episódio representou um ponto de inflexão nas relações da França com a RCA. Os franceses temiam pelos rumos que o governo, considerado errático, poderia tomar e que de alguma forma isso acabasse interferindo nos interesses franceses no Estado centro-africano. Conforme o governo de Bokassa foi sendo visto como uma possível ameaça, a França através de seu departamento de contrainsurgência planejou uma operação para restaurar Dacko como presidente, no que Jacques Foccart chamou de "última expedição colonial francesa" (SCHMIDT, 2013). A Operação Barracuda foi executada em 20 de setembro de 1979, aproveitando que o imperador estava visitando a Líbia, para retirá-lo do poder. Com o apoio da França, David Dacko é reestabelecido como presidente da RCA. Para os franceses, Dacko possuía o direito legítimo de retornar como presidente pois seu mandato havia sido interrompido pelo Golpe de Estado de 1965 (SMITH, 2015a).

A volta de Dacko a presidência traz o junto amarras neocoloniais. A França não podia deixar que o que tinha acontecido no governo de Bokassa voltasse a acontecer. Como solução,

---

<sup>7</sup> Em 1972 ele já havia se declarado presidente vitalício da RCA.

o que se apresenta é uma República Centro-Africana independente na teoria, e dependente na prática, visto que o novo governo necessitava ajuda financeira e militar para sobreviver. Nesse cenário, a França reabre a base militar de Bouar e designa conselheiros franceses para cada posto chave na administração do país. Nesse período, chega à RCA para atuar como pró-cônsul, desempenhando um papel, eventualmente, de Primeiro Ministro, o Tenente Coronel Jean Claude Mantion (membro do serviço secreto francês), ligado diretamente à presidência da República Centro-Africana<sup>8</sup> (SMITH, 2015a).

Em 1981, por fim, eleições são organizadas, quase que para legitimar novamente o governo de Dacko. Nesse ano, contudo, ele enfrentou um partido de oposição, o *Mouvement de Libération du Peuple Centrafricain* (MPLC), que disputava o pleito através de Patassé. Apesar da vitória apertada nas urnas (50,2%), Dacko não consegue se manter no governo, sendo deposto por um Golpe de Estado, dessa vez liderado por André Kolingba (SMITH, 2015a).

O então Chefe do Exército, Kolingba, organiza o Comitê Militar para Recuperação Nacional (CMRN) que toma o poder e a partir de setembro de 1981 passa a governar o país, suspendendo a constituição vigente e extinguindo os demais partidos políticos. Segundo Smith (2015a) o novo presidente, então, segue delegando poderes ao Coronel Mantion e colocou a sua etnia – Yakoma<sup>9</sup>, que era a minoria no país – para comandar os ministérios e as companhias paraestatais, provocando um processo de politização da etnia<sup>10</sup>. Essa situação engessou a possibilidade de diversificação dos quadros técnicos nos setores administrativos no governo posterior, pois não havia pessoal capacitado o suficiente para substituição em massa desses postos. A consequência principal do governo de Kolingba acaba sendo que por 12 anos o governo promoveu um contexto etnicamente polarizado.

É importante lembrar que a década de 1980 foi o momento em que grande parte dos países africanos negociaram os programas de ajustes do FMI e do BM, resultando na "década perdida", que elevou a dívida externa dos países e trouxe diversas consequências sociais. No caso da República Centro-Africana um dos países que mais concedeu auxílio financeiro - desde que houvesse tanto uma reforma econômica para contemplar os ajustes quanto uma

---

<sup>8</sup> Ele permanece ajudando a governar a RCA por treze anos, e esteve a frente de negociações políticas com a própria França (SMITH, 2015a).

<sup>9</sup> Os Yakoma (4% da população) são uma etnia que vive ao sul do país, as margens do Rio Oubangui, próximo à fronteira com a República Democrática do Congo. Eles foram a primeira etnia da RCA a ter contato com os franceses, e seu idioma, o Sango, que foi oficializado com a língua nativa do país e elemento de identificação nacional posteriormente.

<sup>10</sup> Passava a ser vantajoso pertencer a uma etnia, pois ela levava vantagem em detrimento de outras.

reestruturação do Estado para a volta da democracia<sup>11</sup> - foi a França. Entre 1986 e 1993, a ajuda francesa representava 40% dos financiamentos externos centro-africanos e eram destinados principalmente a infraestrutura e ao sustento da administração do país (BANÉGAS; QUANTIN, 1996; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014).

O CMRN vem a ser dissolvido por Kolingba em 1985 e em 1986 uma nova constituição é aprovada por referendo. Entretanto, a constituição estabelecia apenas a existência de um único partido legal, *Rassemblement Démocratique Centrafricain* (Assembleia Democrática Centro-africana, RDC, sigla em francês). Assim, as eleições legislativas que ocorrem em 1987 são boicotadas pela oposição – que era considerada ilegal. Por pressões principalmente francesas (durante a Cúpula Franco-Africana o presidente Mitterrand condiciona a ajuda francesa ao comprometimento com medidas democratizantes), Kolingba dá início ao processo de reforma política, começando por uma emenda constitucional, responsável por estabelecer a permissão ao multipartidarismo (UNIVERSITY OF CENTRAL ARKANSAS, [2015]).

Nesse contexto, eleições serão chamadas para 1992 e contarão com o auxílio e financiamento externo de países europeus, principalmente da França. Por irregularidades, a Suprema Corte do país anula o primeiro pleito e novas eleições são agendadas para 1993. A França é a grande responsável pela organização da eleição, facilitando a logística e a cooperação técnica para a sua realização (BANÉGAS; QUANTIN, 1996). Conforme Smith (2015a), pela primeira vez, centro-africanos votaram em eleições consideradas, pelos países europeus, livres e justas para o legislativo e para a presidência.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO CENTRO-AFRICANO

O Estado Centro-africano apresenta algumas características particulares, desafios de um Estado pós-colonial, como dificuldade de articulação política, organização de instituições e legitimidade governamental. Nesse sentido, apresentam-se algumas observações importantes, principalmente com o objetivo de desmistificar a ideia da falência do Estado

---

<sup>11</sup> A ideia de apoio a democracia é ambígua no que tange às relações francesas com a RCA e servia muito mais para o discurso do que para a prática. Antes do fim da Guerra Fria, pouco se fez para buscar a democratização do país - como é possível observar na constituição de 1986, que mantinha o sistema unipartidário e não teve interferência francesa -, uma vez que mais importante do que reestruturar a RCA, era mantê-la como aliada. Há uma preocupação a partir da década de 1990 em promover um desenvolvimento institucional, cooperando com o sistema judiciário e com a polícia, como se fosse uma transferência de tecnologia da França para a RCA, com aquela capacitando juízes e treinando as polícias (BANÉGAS; QUANTIN, 1996).

centro-africano<sup>12</sup>. Segundo Lombard (2014), faz parte do caráter da soberania da República Centro-Africana que os seus líderes façam alianças com governos externos. Contudo, desenvolve-se um alto nível de dependência em relação a esses governos, pois buscam-se aliados visando apenas a manutenção do poder (LOMBARD, 2014). A maneira que as elites têm de alcançar o poder (representado pela posse do governo) é organizada de forma violenta, como visto, através de Golpes de Estado, liderados por militares, quase sempre ligados ao governo vigente. A ideia de violência e intervenção se incorpora à história do Estado como elemento central. Deve-se atentar que não é possível dissociar o passado da análise geral da trajetória dos Estados Modernos, principalmente os africanos. Nesse sentido, a violência e o deslocamento da autoridade central se apresentam como fatores do cenário governamental da República Centro-Africana.

O Estado centro-africano não detém o monopólio do uso da força, isto é, ainda existem pelo país muitos grupos rebeldes que buscam desempenhar o papel de Forças Armadas em suas comunidades. O governo central (tanto no passado quanto no presente) não demonstra muito interesse em policiar efetivamente as fronteiras e a capital fica, assim, distanciada das áreas mais periféricas e o controle do Estado, bem como seus serviços, não chegam a todas as regiões do território (LOMBARD, 2016).

É importante, também, analisar que o Estado centro-africano conviveu nas três primeiras décadas de independência com a presença intensa da França em seu território e que ela foi responsável por diversas decisões políticas que influenciaram os rumos dos governos. Ela precisava proteger os próprios interesses acima de tudo e entendia as ex-colônias como seu "domínio privado". O que mais atraía a França era a presença importante de minérios estratégicos, com destaque para o urânio, necessário para energia e armamento nuclear (SCHMIDT, 2013).

Conforme ocorreram mudanças no regime político na RCA, a França atuou para conservar seus interesses, fato que fica evidente ao observar a passividade francesa quando da não interferência nos Golpes de Estado ou quando ajudou a destituir os governantes, fossem legítimos ou não. Destaca-se o caso de Dacko, que agiu contra os interesses franceses ao quebrar o monopólio de exploração de diamantes e madeira, a fim de buscar maior simpatia

---

<sup>12</sup> Estado falido é um conceito que surgiu junto com o Index de Estados Frágeis, elaborado pelo Instituto norte-americano The Found for Peace. O indexador surgiu em 2005, num contexto de ascendência do terrorismo e da Guerra ao Terror promovida pelo Governo Bush (THE FOUND FOR PEACE, 2018). Determinar a falência do Estado é algo subjetivo e por vezes conveniente, de acordo com os interesses que estão em jogo. Neste trabalho, não se utilizará tal conceito pois se compreende que o Estado ainda existe e continua a ser reconhecido como tal pela comunidade internacional, com suas dificuldades e desafios.

entre o povo e também ao se aproximar da República Popular da China. Quando sofre o golpe em 1965, a França opta por não interferir (SCHMIDT, 2013).

Este capítulo serviu para aprofundar algumas particularidades da história política na República Centro-Africana, que por vezes parecem ignoradas pelos organismos internacionais. Além das questões tratadas acima, não se pode esquecer dos problemas políticos e econômicos que ainda se colocam como desafios ao desenvolvimento do país. Dessa forma, no próximo capítulo abordaremos os antecedentes e acontecimentos que levaram a crise que eclodiu em 2013.

## 4 A "NOVA" ETAPA POLÍTICA NA RCA

Conforme apresentado no capítulo anterior, em 1993 ocorrem eleições presidenciais e legislativas na RCA. A mudança de governo respeitou as urnas e conferiu legitimidade ao novo presidente, Ange-Félix Patassé. Dentro desse contexto de mudanças internas, vale destacar que o período também era de mudanças no Sistema Internacional. O fim da Guerra Fria e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas atribuiu uma nova dinâmica nas relações das potências tradicionais com os países africanos. No caso da RCA, o que se observa é a mudança nas dinâmicas da *Françafrique*, uma vez que começa a retirada das tropas do país, ao mesmo tempo que se observa a chegada de novos atores, principalmente da esfera regional. Também há uma ampliação nas ferramentas internacionais para resolução de conflitos, como poderá ser observado no estabelecimento de Operações de Paz tanto da União Africana quanto das Nações Unidas (LOMBARD, 2016). Assim, esse capítulo pretende apresentar como essa "nova" etapa foi apenas superficial, pois não representou uma mudança significativa tanto em questão de forma de governar quanto nas posteriores transições para os novos presidentes, quando novamente se sucederam através de Golpes de Estado.

### 4.1 O GOVERNO ELEITO DE PATASSÉ

As eleições de 1993 prometiam ser um novo passo no sentido de fortalecer o Estado e as instituições na República Centro-Africana, sendo inclusive considerado pelos observadores internacionais a primeira eleição livre e justa para o legislativo e para o executivo. Entretanto, a euforia durou pouco, uma vez que o novo presidente, Ange-Félix Patassé, pouco contribuiu para uma mudança de fato. Patassé derrotou Goumba, com 52,5% do votos e era abertamente anti-francês. O novo presidente herdou um cenário difícil tanto em termos econômicos quanto políticos (manteve a política de enriquecimento pessoal) e a crise econômica refletia em todas as camadas da sociedade, principalmente nos funcionários da administração pública, fato este que se apresentou como um entrave no seu governo posteriormente (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 2007; SMITH, 2015a; WOHLERS, 2015).

Utilizando a justificativa de ter sido "democraticamente eleito", Patassé encontrou conforto para tomar as medidas que lhe convinham. Herdou de Kolingba uma guarda presidencial e um exército etnicamente<sup>1</sup> organizado. Ao transferir os soldados Yakoma para o

---

<sup>1</sup> Compor a guarda presidencial com a maioria de sua etnia foi a maneira de Kolingba assegurar se manter no poder, uma vez que, estar lá era consequência de um golpe de Estado (SMITH, 2015a).

exército, causou uma série de descontentamentos e a rivalidades entre a nova guarda presidencial e as Forças Armadas. O principal resultado foi uma série de motins em 1996 (abril, maio e novembro), que levaram à desestabilização política. Foi necessária a intervenção das tropas francesas para que se conseguisse conter os amotinados (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 2007; SMITH, 2015a).

Com a intenção de retirar sua presença da RCA, a França, em dezembro de 1996, realiza o encontro da Cúpula Franco-Africana. O objetivo francês era retirar seus soldados da RCA; para tanto, em um primeiro momento, aumentou-se as tropas destacadas (com o intuito de ajudar no combate aos insurgentes) e em um segundo momento, como uma espécie de troca, a França retirou-as para possibilitar o estabelecimento de tropas internacionais. Durante a cúpula, a França mobilizou seis países (Burkina Faso, Gabão, Mali, Senegal, Chade e Togo) para enviarem tropas para compor então a primeira a missão regional que assumiria o papel que vinha sendo desempenhado pelos soldados franceses. Estabelecida em 1997, a *Mission interafricaine de stabilisation à Bangui* (Missão interafricana de estabilização em Bangui, MISAB, sigla em francês), deveria monitorar a implementação dos Acordos de Bangui, assinados em janeiro de 1997, que foram mediados pelos presidente Touré do Mali. Os Acordos visavam estabelecer a paz na capital e a reinserção dos amotinados às suas funções nas Forças Armadas. O Mali ficou responsável pela supervisão da missão e à França coube apenas o financiamento e o apoio logístico. Foram então mobilizados 750 soldados, contudo, foram ineficientes em prevenir novos confrontos na capital e quando foram chamados a agir, atacaram inclusive civis, de maneira desproporcional, gerando milhares de deslocados internos. Patassé, nesse contexto, cria uma força especial, visando pacificar a região norte do país, que sofria de inseguranças causadas pelos ladrões de estrada. Mas essa mesma unidade que deveria proteger os civis foi gravemente acusada de cometer diversos abusos, agravando ainda mais a situação (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 2007; SMITH, 2015a; UN, 1997).

Nesse mesmo ano, na França, Chirac estava promovendo a modernização das Forças Armadas francesas e aproveitou o momento propício, com a chegada de outras tropas, para evacuar a sua. Tem-se o fechamento das bases militares francesas em Bouar (dez/1997) e Bangui (mar/1998), na chamada Operação Stork. Apenas 200 soldados vão se manter no país, no aeroporto, para auxiliar a MISAB e aguardar a chegada de *peacekeepers*. Em março de 1998, depois de muito *lobby* francês no Conselho de Segurança da ONU, a França logra o deslocamento de 1350 capacetes azuis e em abril a MISAB passa seu posto para a MINURCA (Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana), que passou a ser responsável pela

segurança da Bangui. Apesar de inicialmente a missão ser temporária, ela acaba permanecendo mais que os três meses previstos. Com as eleições em 1998 e a reeleição de Patassé e uma aparente calma superficial, em 1999 o último soldado francês deixa o território centro-africano. A missão também encerra suas atividades, deixando em seu lugar o Escritório de apoio ao *peacebuilding* das Nações Unidas na República Centro-Africana (BONUCA, sigla em francês), que atuaria na situação de pós-conflito (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 2007; SMITH, 2015a).

Meses após o término da MINURCA, a violência volta às ruas de Bangui. A deterioração da situação social, somada ao atrasos de salários resultou em uma greve dos funcionários públicos, apoiada pelos partidos de oposição, que durou quase cinco meses. A principal reivindicação era que Patassé abdicasse. Entretanto isso não ocorreu. Em maio de 2001 acontece uma tentativa de golpe contra Patassé, em um atentado a sua residência, que foi reivindicado pelo General Kolingba. Esse atentado causou mais alvoroço na capital, entretanto, após investigações, descobriu-se que na verdade o chefe das Forças Armadas, François Bozizé que esteve por trás do ataque. Como consequência, ele vai exilar-se na França e de lá continua orientando seus apoiadores. Para ampliar sua segurança, Patassé solicita à Comunidade de Estados do Sahel e Saara, fundada por Qaddafi, ajuda para reforçar sua segurança, que foi atendida com o envio de 300 soldados líbios para a RCA (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 2007; SMITH, 2015a).

Em 2002 ocorre um confronto entre as tropas de Bozizé e as forças de apoio do presidente Patassé. Incomodados com a presença dos líbios, a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) pressiona a desmobilização dos soldados líbios e em seu lugar envia um tropa própria. Outro problema que surge em virtude dos ataques rebeldes no norte do país é o deterioramento das relações com o Chade, que acusa a RCA de matar civis chadianos na fronteira, depois de ter sido acusada de querer anexar a região, que possui reservas de petróleo compartilhadas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 2007; SMITH, 2015a).

Nesse contexto, Bozizé escapa do exílio e viaja para o Chade, onde articula a tomada de Bangui. Com o apoio do presidente chadiano Déby, que cede sua guarda presidencial, do presidente Kabila da República Democrática do Congo, que cede armamentos, com a ajuda do presidente Sassou Nguesso da República do Congo que concede financiamento e a benção do presidente Bongo, do Gabão, Bozizé rapidamente toma o poder em Bangui, uma vez que Patassé se encontrava no Níger em uma reunião. Sem encontrar resistência por parte das Forças Armadas e com as tropas da CEMAC com ordens para não interferir, Bozizé assume a

presidência. A França, que estava há quatro anos sem interferir no país, envia 300 soldados, na Operação Boali, para proteger cidadãos franceses e estrangeiros e consequentemente acaba ajudando a estabilizar o novo regime (SMITH, 2015a).

É interessante destacar, por fim, conforme relatos das elites locais, coletados em um estudo de campo de Wohlers (2015), três grandes problemas que interferiram no governo de Patassé, dificultando-o. Antes, deve-se destacar o período em que assume o presidente Patassé, coincide com a desvalorização do Franco CFA e a perda de poder aquisitivo da população, com redução da qualidade de vida no país. Somado a isso, a crise financeira se agrava com a suspensão do apoio financeiro externo para o pagamento das dívidas do governo. Logo, justo na primeira eleição democrática do país, o mundo defensor da democracia vira as costas para a RCA.

O primeiro problema abordado é como Patassé não soube enfrentar a questão étnica que herdou. Sua ideia, contudo, era boa: reincluir civis e militares que foram excluídos anteriormente de volta a seus postos. Havia dois desafios em relação a execução da ideia: primeiro como incluir nos postos altos essas pessoas que estavam anos fora do serviço - e consequentemente despreparadas - e segundo como financiar tudo isso. Assim, ele acaba apenas promovendo sua própria etnia entre os altos cargos, perpetuando a polarização existente (WOHLERS, 2015).

O segundo problema era em relação a personalidade de Patassé, considerado muito provocador pelas elites centro-africanas. Essa questão dificultou relações bilaterais e mesmo possíveis parceiros para o país. A retórica anti-francesa e anti-ocidental dificultaram o acesso aos fundos de assistência financeira como o FMI, que só voltou a ajudar o país em 1998. Além disso, sua falta de habilidade política levou-o a se indispor com o presidente Kabila da República Democrática do Congo, que limitou o acesso da RCA ao seu fornecimento de petróleo. A situação levou Patassé a negociar o petróleo com a Líbia, fato que ofendeu o presidente do Chade, Déby. A grande consequência foi que ele acabou estimulando a criação da coalizão que tirou ele do poder (WOHLERS, 2015).

Por último, o terceiro problema era em relação a economia, a qual Patassé não parecia muito engajado em estimular. Relata-se que ele não estava presente em reuniões e pouco viajava pelo país. Também não soube controlar os excessos cometidos por seu partido e acabou se isolando politicamente. O aumento de sua paranoia em relação a perder seu cargo o levou a promover um aumento de acusações de traição e de prisões dentro do exército, desmotivando as Forças Armadas. Isso vai se refletir no desengajamento das mesmas em combater os soldados de Bozizé quando da tomada de Bangui (WOHLERS, 2015).

#### 4.2 LA BOZIZIE

Após o golpe, François Bozizé começou a governar em débito muitos apoiadores. Isto é, ele chegou no poder se apoiando em alianças externas, principalmente com chadianos, e esses "libertadores"<sup>2</sup> esperavam algo em troca da ajuda fornecida. Além da guarda presidencial chadiana, Bozizé solicitou mais 500 soldados ao presidente Déby para ajudar a estabilizar Bangui. Também, as tropas da Comunidade Econômica e Monetária da África Central continuaram ajudando na segurança de Bangui, tendo sido renovadas em março de 2003. Ademais, o reconhecimento do novo governo não tardou a acontecer, sendo em junho do mesmo ano, em uma reunião dos Chefes de Estado da CEMAC (SMITH, 2015a).

Em um primeiro momento, tentou-se realizar uma aliança nacional, convidando os partidos políticos interessados em apoiar Bozizé a se juntarem ao governo. Segundo as elites locais, no início, o governo recebeu tanto apoio interno quanto externo. A população de maneira geral estava cansada das instabilidades do governo de Patassé. Goumba foi designado como Primeiro Ministro, para mostrar que o governo estava aberto ao diálogo. Contudo, após seis semanas, Bozizé muda a estratégia e retorna à "política familiar", na qual seus parentes e pessoas próximas passam a ganhar os cargos políticos mais elevados, sendo esse um dos principais problemas que vai levar a eclosão das insurgências, principalmente no nordeste do país. Nesse contexto, ele vai fundar um novo partido, Kwa na Kwa (que significa trabalho, nada mais que trabalho, em sango) e vai buscar negociar apoio político em troca da patronagem do Estado (SMITH, 2015a; WOHLERS, 2015).

O período entre 2005 e 2007 foi conturbado em termos de estabilização política do país. Diversas rebeliões foram organizadas principalmente no norte e nordeste, sendo que as primeiras insurreições no norte do país acontecem em 2005, como consequência das eleições daquele mesmo ano. O ex-presidente Patassé não foi autorizado a disputar o pleito, causando descontentamento por parte de seus apoiadores. Surge, nesse contexto, um novo grupo rebelde, controlado por Patassé, de seu exílio em Togo, a *Armée Populaire pour la Restauration de la Démocratie* (Exército popular pela Restauração Democracia, APRD, sigla em francês), que tinha como alvo principalmente as posições da *Les Forces Armées Centrafricaines* (FACA), único resquício de Estado na região - os funcionários públicos, por falta de pagamento de salário, haviam abandonado seus postos. Além disso, era agenda do

---

<sup>2</sup> Esses mesmos "libertadores" cometeram diversas atrocidades contra a população civil, além de saques a cidade de Bangui. Entretanto nunca foram levados a julgamento pelo judiciário da RCA, causando descontentamento por parte da população e desconfiança acerca do governo de Bozizé (SMITH, 2015a).

grupo combater os *zaraguinas*<sup>3</sup> e securitizar as estradas, possibilitando a passagem de ajuda humanitária - que atraiu a simpatia dos moradores locais para o grupo. Para combater a APRD, Bozizé enviou a guarda presidencial, responsável por conduzir uma represália que atingiu inclusive civis, tendo como consequência milhares de deslocados internos (SMITH, 2015a; KAM KAH, 2016; LOMBARD, 2016).

Bozizé, que foi eleito presidente nas eleições de 2005, juntamente com seu partido, ganha 42 dos 105 assentos no parlamento e vai passar a governar em benefício próprio, acreditando que não precisava mais da ajuda de tecnocratas e pessoas experientes no serviço público. Apoiado no discurso de legitimidade conferida pelas urnas, ele indica seus aliados para os cargos do governo, excluindo cada vez mais a população em geral da política. Ele estava focado em como se manter no poder indefinidamente. Segundo Smith (2015a), uma de suas grandes falhas foi não conseguir fazer o judiciário independente e fortalecer o Estado de Direito e o respeito aos Direitos Humanos. Ele vai perpetuar o que o autor chama de círculo vicioso de destruição política (com desgoverno, corrupção, nepotismo, repressão e o surgimento de rebeliões armadas) (WOHLERS, 2015).

O surgimento da APRD não será único e isolado. As políticas excludentes de Bozizé abrem margem para diversos outros grupos, que começam a se formar nessa conjuntura de lutas contra o governo central. Em 2006 é criada a *Union des Forces Démocratiques pour le Rassemblement* (União de Forças Democráticas pela Unidade, UFDR, sigla em francês), mais a nordeste, liderando novas insurreições (SMITH, 2015a). Esse grupo tinha como principal agenda a legítima defesa, uma vez que o governo não cumpria seu papel de proteger os cidadãos. Vale destacar aqui que o nordeste do país, possui algumas singularidades que favoreceram o aparecimento desses grupos rebeldes; essa é uma das poucas regiões no país que não fala fluente sango, que durante a estação chuvosa fica inacessível via estradas, tem a maioria muçulmana e é mais suscetível ao que acontece nos vizinhos Chade e Sudão do que ao que acontece na capital Bangui. É, portanto, uma região isolada, marginalizada e de limitada atuação estatal. Quando eclode a Crise de Darfur (2003), por exemplo, a região sentiu as consequências, tendo seu território sido usado como base de retaguarda para os rebeldes ou como corredor de passagem de seus milicianos. Houve um transbordamento do conflito para a região nordeste da RCA. Dentro desse contexto, em outubro de 2006 a UFDR

---

<sup>3</sup> *Zaraguinas* é o nome em sango dado para os ladrões de estrada, muito comuns na região norte do país. O grande problema é que eles eram um grupo visando apenas saques e pilhagens de todos que passassem pelas estradas da região, não isentando nem mesmo ONGs e organizações de ajuda humanitária. Eles, por não possuírem uma agenda política, não compareciam as mesas de negociações de paz com o governo (LOMBARD, 2016).

promove um ataque a Birao, a cidade mais importante da região e, conseqüentemente, em novembro tropas francesas unidas à FACA realizam um contra-ataque, a fim de recuperar a cidade para o controle do governo. Após alguns confrontos, Birao volta a ser controlada pelo governo e passa a ser securitizada pelas tropas francesas (SMITH, 2015a; KAM KAH, 2016; ISAACS-MARTIN, 2016). É somente a partir de 2006 que a RCA vai atrair a atenção da ONU, mais diretamente. Até então havia pouco interesse na região, principalmente em um país pouco expressivo internacionalmente. Algumas visitas foram feitas pela ONU no norte e nordeste, algumas missões já haviam atuado no país, mas devido às inseguranças das estradas, o amparo humanitário à população mais distante da capital ficou prejudicado (LOMBARD, 2016).

Visando reduzir sua dependência da França, em 2007, Bozizé procurou novos aliados dispostos a lhe ajudar com tropas. Assim, ele assina dois acordos secretos de cooperação militar com a África do Sul, sendo bem sucedido em diversificar seus apoiadores, mas como efeito colateral tem-se o estremecimento das relações com o Chade. Nesse mesmo ano a União Europeia envia a *European Force* (Força Europeia, EUFOR, sigla em inglês) - patrocinada principalmente pela França - para ajudar na pacificação do Chade e da RCA e o Conselho de Segurança da ONU estabelece a Missão das Nações Unidas para República Centro-Africana e Chade (MINURCAT) (SMITH, 2015a).

Buscando um cessar-fogo entre o governo e os grupos rebeldes, serão assinados no Gabão os Acordos de Paz de Libreville de 2008, com propostas principalmente de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), estabelecendo também a *Mission de consolidation de la paix en Centrafrique* (Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana, MICOPAX, sigla em francês), que foi liderada pela Comunidade Econômica de Estados da África Central (CEEAC). Essa missão atuou entre 2008 e 2013, contando com frequentes aumentos nas tropas alocadas (SMITH, 2015a).

Kam Kah (2016) destaca que o principal motivo para que os acordos de paz não fossem implementados foi a falta de vontade política. Além disso, Bozizé não queria investir nas políticas de DDR, pois acreditava que era mais fácil comprar a lealdade dos grupos rebeldes. Essa prática de suborno estava ligada a personalidade desconfiada do presidente, que acreditava que só com dinheiro seria possível manter seus aliados e isso vai se converter posteriormente em mais um motivo para os grupos rebeldes combaterem o governo. É importante ressaltar que os confrontos entre milícias e governo, e mesmo entre as milícias aumentou exponencialmente o número de refugiados e deslocados internos, criando mais um desafio para a estabilização do Estado (ISAACS-MARTIN, 2016; WOHLERS, 2015).

Entre 2010 e 2011, outro desafio ajudou a comprometer a paz na região; a atuação do *Lord's Resistance Army* (Exército da Resistência do Senhor, LRA, sigla em inglês), que atuava em diversos países da região, atacando vilas, assassinando os moradores e raptando principalmente crianças para o seu exército (SMITH, 2015a; ISAACS-MARTIN, 2016; WOHLERS, 2015). Ademais, em 2010, por solicitação do governo chadiano, a MINURCAT encerra seu mandato. Em 2011, novas eleições foram organizadas, contudo, foram consideradas fraudulentas pela oposição. Nesse mesmo ano, Bozizé vai assinar um Acordo de Paz com a *Convention des Patriotes pour la Justice et la Paix* (Convenção de patriotas pela justiça e pela paz, CPJP, sigla em francês), grupo que foi criado em 2008, posterior ao primeiro cessar-fogo. Entretanto somente o acordo não será o suficiente para encerrar a violência que estava espalhada principalmente a leste e a centro do país. A partir do momento que a maioria dos grupos rebeldes recusavam-se a sentar para negociar esses acordos, é possível entender como um questionamento à legalidade do governo central, que já estava abalada. Destaca-se que além dos ideais de luta, participar de um desses grupos insurgentes era uma oportunidade de negócios, uma vez que assim, atraía-se o interesse do governo para a região (SMITH, 2015a; KAM KAH, 2016; ISAACS-MARTIN, 2016).

As elites da RCA argumentam que Bozizé foi o responsável por destruir o que restou da administração pública. No que tange às Forças Armadas, essa destruição foi proposital, a fim de manter o controle e o domínio sobre elas. Ao mantê-las principalmente na capital, ele acabou deixando áreas mais remotas do Estado desamparadas, levando posteriormente a perda de controle para os grupos rebeldes locais. Bozizé também permitiu o crescimento da corrupção e da indisciplina nos quadros do governo, tendo como consequência vários postos sendo abandonados por civis nas prefeituras mais afastadas da capital. Logo, praticamente não existia mais governo para além de Bangui (WOHLERS, 2015).

#### **4.2.1 As políticas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração**

Os projetos de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) são antigos na RCA e importantes para as dinâmicas entre governo e grupos rebeldes. Começam a ser debatidos ainda em 1997 quando a República Centro-Africana recebe sua primeira Operação de Paz da ONU. Em 2004, Bozizé negociou a entrada do país no *Multi-Country Demobilization and Reintegration Program* (Programa Multi-país de Desmobilização e Reintegração, MDRP, sigla em inglês) que consistia em um fundo para financiar projetos de

DDR na região dos Grandes Lagos<sup>4</sup>. Ao buscar fazer parte deste programa, o governo não teria que investir nos projetos, recebendo a verba para a Comissão Nacional de DDR. O primeiro grande projeto foi o *Programme de réinsertion et appui aux communautés* (Programa para Reinserção e Apoio às Comunidades, PRAC, sigla em francês) entre 2004 e 2007 (LOMBARD, 2016).

Diversos grupos foram elencados pelo governo como possíveis participantes do PRAC, entre eles o *karako*, liderados por Patassé e o grupo de apoiadores da tentativa de golpe de Kolingba em 2001. Entretanto, esses grupos não eram propriamente grupos, segundo Lombard (2016), o que dificultou determinar quem teria acesso ao programa. A solução do PRAC e da Comissão Nacional de DDR foi definir da seguinte forma: qualquer um que fosse associado a algum grupo armado possuía o direito a se juntar ao programa (LOMBARD, 2016, n.p.). Somado a isso, para ser ex-combatente bastava entregar uma arma, ou mesmo munição. A consequência dessa generalização levou a falha do programa, que não conseguia colocar em prática o critério de definição de combatente, uma vez que a classificação ficava prejudicada pois os *peacekeepers* já haviam coletado diversas armas, sem, contudo, identificar as pessoas. Nesse sentido, o PRAC possuía uma lista de 7.500 "desarmados", tendo coletado apenas 417 armas (LOMBARD, 2016).

Em 2006, a revisão do projeto definiu que o critério aplicado era muito vago e não desmobilizou ex-combatentes reais. O desafio era refinar o filtro que selecionava os participantes do projeto, todavia, o PRAC tinha diversas limitações de logística e capacitação dos profissionais, que acabava por complicar ainda mais o processo de desenvolver melhor o projeto. Segundo Lombard (2016), o PRAC criou uma forte identidade de grupo em relação a ideia de ser ex-combatente, justamente o que queria se evitar. Ainda de acordo com a autora, o programa funcionava através de pôsteres informativos, sem chegar de fato no público alvo de maneira direta, o que levou a insatisfações por parte dos ex-combatentes.

Após diversas dificuldades que levaram ao encerramento do PRAC, em 2009 foi estabelecido um Comitê Diretor, que coordenaria um novo plano de DDR para a RCA. Durante o período do PRAC, o número de grupos rebeldes cresceu, ao invés de diminuir. Devido aos confrontos com os grupos rebeldes em 2008, tem-se o Acordo de Paz de Libreville, que foi assinado entre todas as partes em conflito e nesse acordo (como de praxe nos acordos de paz promovidos pela RCA) foram estabelecidas medidas de DDR. Em 2009, então, é posta em prática a segunda geração de DDR no país. O estabelecimento de um

---

<sup>4</sup> Mesmo não fazendo parte propriamente dita da região dos Grandes Lagos, a RCA foi aceita para participar do programa.

Comitê Diretor seguia a nova orientação das agências da ONU, para monitorar a implementação dessas políticas e planos. Ainda durante as negociações em Libreville foram definidos os nomes de quem comporia o comitê. O presidente seria o Representante Especial do Secretário Geral da ONU para a RCA que comandava a BONUCA e os demais membros incluíam representantes dos grupos político-militares que estiveram nas tratativas do cessar-fogo e organizações regionais e internacionais. A ideia basilar era ter um fórum de diálogo que fosse aberto, transparente e representativo para tomar decisões importantes como a alocação de fundos (LOMBARD, 2016).

Apesar do novo modelo parecer promissor, a prática revelou o contrário. Vários conflitos intra Comitê Diretor atrapalharam os debates e a implementação de ações em prol do DDR. Muitos fundos destinados a distribuição para os participantes do programa foram desviados por Bozizé para outros interesses, como para sua campanha de reeleição. Também apareceram novos grupos, que não tinham participado das ações de hostilidade contra o governo que solicitaram entrada no programa. Como consequência, o programa alimentou o oportunismo de alguns grupos, e novamente auxiliou na expansão dos principais grupos participantes do programa: APRD e UFDR (LOMBARD, 2016). Em suma, destacar os projetos de DDR ajuda a compreender que mesmo as entidades que deveriam estar aptas a lidarem com os grupos rebeldes estavam mais preocupadas com o enriquecimento próprio ou mesmo falhavam nas suas boas intenções por causa das limitações financeiras. A necessidade efetiva de inserção dos ex-combatentes sempre foi pautada - tanto pelo governo como por observadores internacionais - como primordial para o país voltar a se estabilizar, contudo pouco se aprendeu com os erros do passado. Nota-se também que era a maneira simplista do governo de lidar com os grupos rebeldes, que tinham pautas políticas, mas que não ganhavam espaço para de fato debater com o governo em Bangui.

#### **4.2.2 O papel da mineração de diamantes nos conflitos**

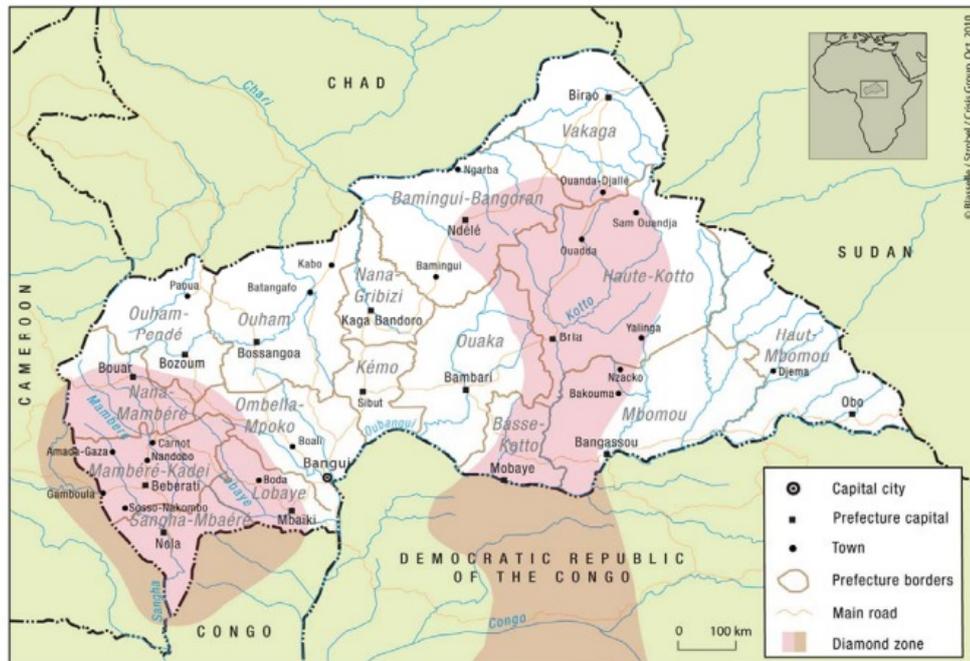
Um dos recursos naturais mais importantes da República Centro-Africana são as reservas de diamante<sup>5</sup>. A sua extração financia tanto os governos quanto os grupos insurgentes, e segundo Dalby (2015) para algumas comunidades a escavação de diamantes define não só a economia, mas também a política, as relações sociais e culturais de determinadas regiões. Esse setor representa o acesso rápido a riqueza e ao *status* (poder) e por conseguinte se torna

---

<sup>5</sup> Os diamantes encontrados na RCA são em sua grande maioria descobertos em aluviais, em média a dez metros de profundidade, de mineração mais simples, porém de mão de obra intensiva (DALBY, 2015).

mais relevante para nossa análise que as demais riquezas (madeira, ouro e urânio). Contudo, em primeiro lugar, é importante saber onde se encontram as reservas de diamante. Abaixo é possível visualizar as duas regiões do país onde elas se localizam:

**Figura 2 - Mapa das reservas de diamante na RCA**



Fonte: International Crisis Group (2010).

Ainda no governo de Patassé, segundo o relatório do International Crisis Group, apenas metade dos diamantes eram comercializados legalmente no país. O desafio de regularizar o setor e conseguir usar os seus lucros em benefício da população se apresentam como uma meta difícil a ser atingida, até hoje. Sumariamente, seus lucros foram sendo utilizados em benefício das elites e dos governantes do país, e por muito tempo a mineração contou com acompanhamento do Banco Mundial, a fim de tentar evitar desvios ou diamantes de sangue<sup>6</sup> (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2010; DALBY, 2015).

Bozizé, logo que assumiu, cancelou as leis de mineração vigentes, suspendeu concessões e colocou o setor sob revisão. Em 2004 a Assembleia apresentou um novo código de mineração, de acordo com os padrões internacionais. O último documento que regulamentava a exploração de diamantes no país foi elaborado em 1961, um anos após a independência. Apesar da necessidade e da importância de atualizar a legislação, as mudanças políticas esperadas não aconteceram; o poder decisório ficou concentrado nas mãos do presidente Bozizé, que manobrou em favor próprio e de sua família. As leis endureceram e

<sup>6</sup> Diamantes de sangue são diamantes provenientes de zonas de conflito.

altas taxas eram cobradas pelos órgãos oficiais. Esses não eram capazes de fiscalizar todas as minas, abrindo margem para o crescimento do contrabando como maneira de fugir das leis e dos impostos. Outra importante mudança foi a adesão do país ao Processo de Kimberley<sup>7</sup> e ao Extractive Industries Transparency Initiative<sup>8</sup> (Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa, EITI, sigla em inglês) (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2010; DALBY, 2015).

Em 2008 o setor viveu um período conturbado nas relações com os compradores de diamantes. O governo, no intuito de aumentar seus lucros com o setor, impôs multas a mais da metade dos compradores, alegando que estes não estavam cumprindo cotas de investimentos previstas no código de mineração. Os escritórios de compra se recusaram a pagar e como resposta o governo colocou em ação a Operação *Closing Gate*. Soldados de Bangui, a brigada de mineração e funcionários do ministério formaram equipes, que se deslocaram até escritórios de compra, nas cidades mineradoras. Assim que o governo anunciou por rádio a cassação das licenças dessas companhias, as equipes entraram nas empresas e confiscaram os diamantes e dinheiro que estavam nos cofres. Muitos compradores e colecionadores que estavam negociando na hora também tiveram seus pertences confiscados. Após a operação, os diamantes confiscado não apareceram mais, e até hoje não se tem certeza de seu paradeiro (eles não foram revendidos em casas de comércio de Bangui, como normalmente o governo fazia com diamantes de apreensão). Os efeitos colaterais da operação foram sentidas mais intensamente pelas comunidades mineradoras, que viram o setor reduzir a produção, majoritariamente por medo, e conseqüentemente ter seus lucros reduzidos, afetando principalmente as condições sociais das populações, dependentes da cadeia de produção dos diamantes (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2010; DALBY, 2015).

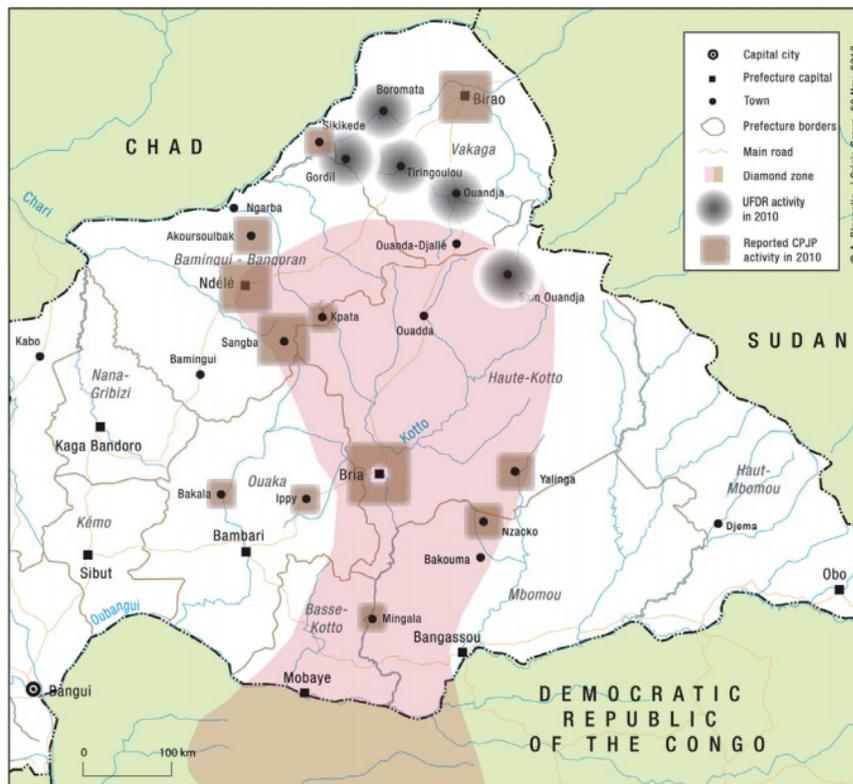
No que concerne a utilização dos recursos pelos grupos rebeldes, a primeira coisa a se observar era onde estavam localizadas os principais grupos que utilizaram dos diamantes para se financiarem:

---

<sup>7</sup> O Processo de Kimberley é uma certificação internacional para evitar o comércio de pedras a fim de financiar conflitos armados (AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, 2018).

<sup>8</sup> A Iniciativa para a Transparência da Indústria Extrativa é um padrão global para promover a extração responsável de recursos naturais (não só de diamantes, mas petróleo, gás e mineração em geral (THE EXTRACTIVE INDUSTRIES TRANSPARENCY INITIATIVE-EITI, 2018).

Figura 3 - Mapa das atividades dos grupos rebeldes no nordeste da RCA (2010)



Fonte: International Crisis Group (2010).

É interessante observar que a zona com presença de diamantes é intermediária entre duas regiões mais afastadas da capital e que foram os primeiros lugares com grupos insurgentes: norte e nordeste. Já foi apresentada as condições que favoreceram tais acontecimentos, mas ressaltamos a presença massiva dos grupos nas principais regiões mineradoras. As consequências vão de contrabando das pedras para financiamento dos grupos rebeldes (UFDR e CPJP) a medo de instabilidades por parte das empresas - principalmente estrangeiras - não só na RCA mas também nos países vizinhos. Deve-se lembrar que a República Centro-Africana não possui acesso para o mar e sua infraestrutura deficiente acaba encarecendo ainda mais os custos de produção (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2010; DALBY, 2015).

A UFDR controlava principalmente a cidade de Sam Ouandja, importante produtora de diamantes desde a época colonial. O grupo cobrava um valor mensal dos habitantes da cidade em troca de "proteção". Eles também tomaram conta de algumas minas mais produtivas. Os diamantes produzidos na cidade eram vendidos tanto legalmente em Bangui, quanto no mercado paralelo. A UFDR avançou em direção a Birao, onde ocorreram confrontos com as tropas francesas e governamentais. Durante as negociações de paz, em troca de cessar-fogo na região de Birao, Bozizé permitiu que Zakaria Damane, comandante operacional do grupo, continuasse explorando as minas da cidade de Sam Ouandja e

recebesse um salário de conselheiro governamental até que as políticas de DDR fossem implementadas. Essas negociações, segundo Dalby, ajudaram a manter os rebeldes longe de Bangui por mais tempo (DALBY, 2015). O outro grupo rebelde de destaque em relação a utilização de dinheiro proveniente do comércio de diamantes foi o CPJP, que foi originalmente formado por mineiros que foram expulsos das minas perto de Bria pela UFDR entre 2007 e 2008. A cidade "sede" do grupo era Ndélé, mas em 2010 o grupo se dirigiu a direção de Bria, com a intenção de tomar seu controle. Pelo caminho recrutaram diversos integrantes nos vilarejos e extorquiam dinheiro e mantimentos, atingindo negativamente a economia da região (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2010).

#### 4.3 O GOLPE DE ESTADO DE 2013 E O GOVERNO DE MICHEL DJOTODIA

Segundo Kam Kah (2016) as bases políticas para o surgimento da *Seleka* foram as eleições de 1993, uma vez que, posteriormente, tiveram aproximadamente 7 tentativas de Golpes contra o Patassé, além da falta de confiança no sistema de governo (tanto com Dacko, Bokassa e Kolingba) e o surgimento de diversos grupos insurgentes, cada qual buscando alcançar o poder em benefício próprio. Nesse sentido, Lombard (2016) destaca que a *Seleka* não era um movimento democrático ou popular, mas mesmo assim ele aparece como uma alternativa ao governo de Bozizé. Vale também acrescentar que a coalizão era a primeira aliança entre grupos a tomar o poder, diferentemente dos golpes anteriores, que eram organizados em torno de figuras da elite político-militar da capital (DE VRIES e GLAWION, 2018).

Nesse contexto de insatisfações com o governo de Bozizé, a UFDR vai unir força com outros grupos rebeldes, incluindo grupos anteriormente rivais; dessa união, surge a *Seleka* (coalizão, em sango) que congregou sob seu controle combatentes de outros grupos (a CPJP, a CSPK<sup>9</sup>, a FDPC<sup>10</sup> e a FPR<sup>11</sup>) e oportunistas<sup>12</sup>, todos motivados apenas pelos objetivos em comum: a rejeição a Bozizé e o interesse nos espólios após o combate (SMITH, 2015a). É importante destacar a importância do Chade no contexto de tomada do governo. O antigo aliado do presidente Bozizé se sente deixado de lado pelos novos acordos militares que o país

<sup>9</sup> *Convention Patriotique pour le Salut du Kodro*, grupo pouco conhecido até então.

<sup>10</sup> *Front démocratique du peuple centrafricain*, um grupo pequeno, ficou conhecido apenas quando foi chamado a mesa de negociação dos acordos de paz de 2008.

<sup>11</sup> *Popular Front for Recovery*, grupo chadiano.

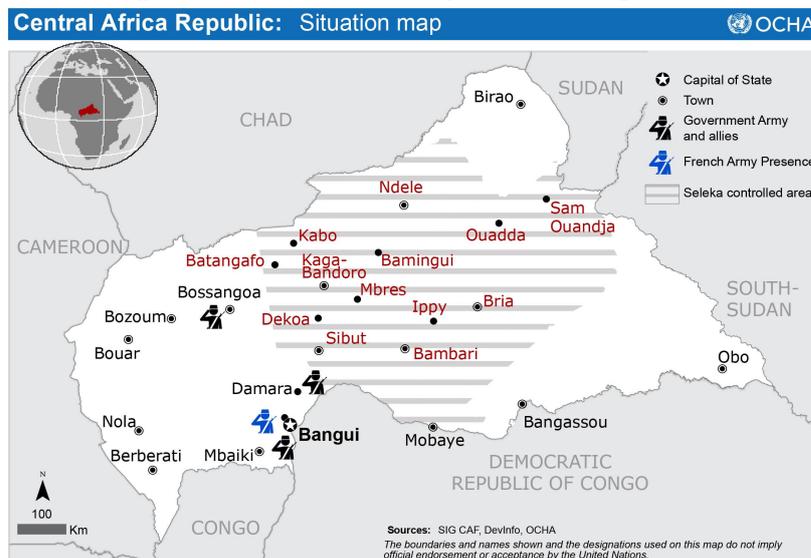
<sup>12</sup> Entram aqui ex-combatentes da crise de Darfur, Janjaweed, jihadistas do Chade e Sudão, caçadores ilegais de beira de estrada, entre outros.

vinha firmando (principalmente com a África do Sul). Déby, então, vai ser peça fundamental na articulação do Golpe que vai tirar Bozizé do poder.

Os acontecimentos que vão se desencadear em 2013, começam ainda em dezembro de 2012, concomitantemente a fase mais combativa do *Seleka*. A partir da região norte, os combatentes lançam uma ofensiva para tomar a cidade de Ndélé. Assim, indo da periferia do país à capital, o grupo foi recrutando novos membros e ampliando a aliança com novos grupos rebeldes. A situação, argumentavam, tinha chegado ao seu limite; o governo não era capaz lidar com os grupos armados, conter abusos de direitos humanos, faltava a implementação de programas de DDR, o sistema de segurança do país continuava deficiente e que as cláusulas dos acordos assinados entre 2007 e 2008 nunca haviam sido cumpridas por parte do governo. Logo, a coalizão possuía muitos motivos para não querer largar as armas, incluindo ainda tomar o poder e exigir a saída da tropa sul-africana do país (KAM KAH, 2013; ABDENUR; KUELE, 2017).

Em janeiro de 2013, o governo foi obrigado a negociar um novo cessar-fogo com os rebeldes (abaixo é possível notar que grande parte do país tinha sido tomada pelo grupo a partir do ataques de dezembro de 2012). Por intermédio da CEMAC, foi organizado os Acordos de Paz de Libreville de 2013. Na sequência da assinatura do acordo, a coalizão deixa de reivindicar a renúncia de Bozizé e concorda que ele fique no poder até as eleições previstas para 2016. Em uma manobra para acalmar os ânimos dos opositores, Bozizé indica um novo Primeiro Ministro, que compunha um partido de oposição e para Ministro da Defesa, Bozizé vai indicar Djotodia, líder do *Seleka*. Esses novos acordos duraram seis dias, até serem quebrados (KAM KAH, 2016).

**Figura 4 - Áreas controladas pela *Seleka* em jan/2013**



Fonte: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (2013).

Em março, o *Seleka* vai retirar todos os seus representantes no governo de Bozizé. Rapidamente, a coalizão então vai realizar ataques nas principais cidades, até chegar à capital em 24 de março - o processo todo leva praticamente apenas um mês. Bozizé vai fugir para Camarões onde ficará exilado e Djotodia vai se declarar novo presidente. Ele suspendeu a constituição, dissolveu a Assembleia Nacional e fechou as fronteiras (o que para um país sem saída para o mar representou um grande prejuízo não só comercial mas social, pois levou a uma crise de segurança alimentar). Contudo, ele se compromete em honrar os acordos assinados em janeiro. Sua proposta era governar por três anos e organizar posteriormente novas eleições. Interessante destacar que o novo governo foi condenado pelos Chefes de Estado da CEMAC, mas contraditoriamente eles solicitam ao presidente a criação de um conselho de transição que fosse inclusivo com todos os segmentos da população centro-africana e que as eleições fossem chamadas em 18 meses e não em três anos. Tal conselho foi estabelecido, com 105 assentos, e elegeu Djotodia como presidente, levando então os Chefes de Estado dos países africanos a o reconhecerem como governante legítimo (KAM KAH, 2013; 2016).

O novo governo nomeado por Djotodia possuía 9 membros do *Seleka* e 8 membros da oposição de Bozizé e 16 membros da sociedade civil, mas a instabilidade persiste e começam as pressões externas por parte da França e da CEEAC para que o governo de Djotodia abdicasse. Surgem nesse contexto novos grupos, conhecidos como anti-*balaka*, motivados pelos excessos do *Seleka* (os combatentes entenderam que ao entrarem no governo estavam isentos de punição e começaram uma série de pilhagens, estupros e execução dos adversários). Como tentativa de contornar a situação, Djotodia vai estabelecer uma Comissão Nacional de Inquérito, que teria como objetivo investigar e punir crimes de guerra e excessos contra os direitos humanos na RCA desde 2002. Entretanto, a Comissão não foi capaz de garantir sua autoridade perante as instituições do Estado, falhando em sua missão (KAM KAH, 2016).

Outros problemas sociais irão se agravar durante o novo governo, principalmente em relação a saúde. O medo fez com que diversas organizações internacionais suspendessem suas atividades, deixando grande parte da população sem atendimento médico. Somado a isso, tem-se uma crise alimentar, que eleva os níveis de desnutrição no país e de dificuldade de acesso à água potável. Em abril, apenas dois hospitais funcionavam e as escolas permaneceram fechadas. Além disso, o fechamento das fronteiras logo trouxe resultados negativos, principalmente para a população: bens de consumo não podiam ser importados e alimentos começavam a ficar escassos. A insegurança também atingiu a mobilidade no país,

levando o serviço de ônibus a entrarem em greve por tempo indeterminado (KAM KAH, 2016).

O país, em maio de 2013, é suspenso temporariamente da certificação do Processo de Kimberley(a partir de 2015 começaram as negociações de retorno da RCA). Tal fato prejudicou de sobremaneira os lucros do governo, que estava impedido de exportar diamantes (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2016). Soma-se a isso o fato dos insurgentes tomarem posse de diversas minas de diamante e utilizarem a mineração para lucro pessoal. Segundo Kam Kah (2013), diversas pedras foram vendidas ilegalmente pelos rebeldes, agravando ainda mais a situação da economia nacional. Durante o governo de Djotodia tem-se o escalonamento dos problemas financeiros do Estado, com alocação irresponsável dos recursos e diversos gastos sem justificativa ou necessidade. Em novembro os resultados de tais práticas são o acúmulo de dívidas por parte do governo e esvaziamento dos cofres públicos. Não obstante, não foi só responsabilidade do presidente, mas sim do conjunto de lideranças do grupo, que ocuparam cargos nos ministérios e não pouparam esforços para tirar proveito da situação (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2014).

Um grupo tão plural politicamente como o *Seleka* vai trazer complicações para o governo, pois a falta de agenda unificada vai causar diversas insatisfações em diferentes segmentos da coalizão, prejudicando ainda mais a estabilização do país (KAM KAH, 2013). Nesse contexto, somado a desorganização das finanças públicas, tem-se também a cobranças de impostos informais e paralelos nas áreas mais remotas, mercado informal de combustíveis e contrabando das riquezas do país. Na esperança de mitigar esses problemas, Djotodia vai dismantelar o *Seleka* (que passa a ser chamado de *ex-Seleka*) em setembro. Vale ressaltar que a essa altura já havia novos rebeldes atuando no país, os *anti-balaka* (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2014; WELZ, 2014).

Por fim, é importante ressaltar a atuação internacional em meio a todos esses processos político-econômicos. Até 2012, a atuação da União Africana (UA) foi quase omissa. Acompanhava a situação de longe sem interferir de fato. Deixou a liderança das resoluções do conflito a cargo as organizações regionais. No início de 2013 o Conselho de Paz e Segurança vai tomar suas primeiras medidas: uma série de sanções políticas e econômicas a indivíduos que desrespeitassem os Acordos de 2013. Também, logo após o Golpe de Estado de Djotodia, a RCA foi suspensa temporariamente da UA (até o reconhecimento do novo governo). Posteriormente, coube à organização a liderança da *Mission internationale de soutien à la Centrafrique sous conduite africaine* (Missão Internacional para a Estabilização da República Centro-Africana, MISCA, sigla em francês),

que congregava forças não só africanas mas europeias e que substituiu a MICOPAX. Nesse contexto, também, com o aval do Conselho de Segurança da ONU, a França organizou a Operação Sangaris, que inicialmente deslocou 1600 soldados e que focava principalmente na securitização de Bangui e do aeroporto (WELZ, 2014).

Os eventos de 2013 não acarretam em mudanças reais para a política e para a estabilização da República Centro-Africana, refletindo a falha sistêmica das diversas iniciativas regionais e internacionais para ajudar o país. As propostas de paz foram incapazes de avançar em prol do bem comum do Estado centro-africano. Dentro de uma dinâmica política tão complexa, o desafio só cresceu para todas as partes envolvidas de alguma forma no conflito. Esse capítulo buscou aprofundar algumas das raízes da crise de 2013, desenvolvendo a ideia de que é um conflito, acima de tudo, de busca por poder, que está ligado a herança colonial personalista da relação entre presidente e Estado. No próximo capítulo abordaremos os desdobramentos do governo de Djotodia para a RCA.

## 5 DESDOBRAMENTOS DO GOVERNO DA *SELEKA*

A partir do panorama histórico traçado nos capítulos anteriores, importa agora entender os eventos que permeiam e se seguiram ao governo da *Seleka*, liderado por Djotodia, e a sua renúncia após dez meses de governo. O Estado centro-africano sofre atualmente as consequências de anos de políticas personalistas, predatórias e violentas, bem como a debilidade das instituições, a dificuldade de desmobilizar os grupos rebeldes e a ineficiência de políticas públicas. Dentro desse cenário, esse capítulo pretende explorar os diversos desdobramentos políticos que se seguiram ao governo de Djotodia e que se apresentam como desafios a estabilização do Estado.

Considera-se quatro desdobramentos como principais: o governo interino de Catherine Samba-Panza; a presença militar francesa; as relações regionais e, por fim, a nova postura da ONU, que vai autorizar o estabelecimento de uma missão de paz robusta, a primeira desse tipo no país, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA).

É importante ressaltar que os anti-*balaka* não eram um grupo organizado com uma liderança centralizada. Eles são grupos menores, concentrados em algumas regiões mais a oeste da capital do país, que se mobilizaram contra a *Seleka* e contra chadianos, sudaneses e muçulmanos. Tendo isso em vista, refuta-se a ideia de conflito religioso, destacando o caráter político dos grupos, que justificam suas ações sob o pretexto de estarem defendendo os verdadeiros cidadãos centro-africanos<sup>1</sup>. O que vai deslegitimar esses grupos serão os excessos que eles vão cometer contra a população muçulmana<sup>2</sup>, que serão o grupo de foco de proteção dos *peacekeepers* posteriormente (DE VRIES; GLAWION, 2015; LOMBARD, 2016; CARAYANNIS; LOMBARD, 2015; MARCHAL, 2016).

Cabe ressaltar que Djotodia, depois que assumiu a presidência, foi perdendo o controle sobre os comandantes de tropas da *Seleka* espalhados pelo país. Muitos saques, abusos,

---

<sup>1</sup> Não raro na mídia são publicadas notícias que acusam os grupos de promoverem um conflito de cunho religioso, como por exemplo na reportagem "Brazzaville recebe Fórum para a Reconciliação Nacional na República Centro-Africana", do *África 21*, que reduz o conflito a "[...] RCA enfrenta sucessivos casos de violência protagonizados por milícias muçulmanas, partidárias dos rebeldes *Seleka*, e cristãs, denominadas anti-*balaka*". Este trabalho entende que ao se incentivar esse tipo de leitura sobre o conflito, simplifica-se as bases que levaram ele a eclodir e se perpetua a ideia de que em África os conflitos são étnicos ou religiosos (BRAZZAVILLE..., 2014).

<sup>2</sup> É interessante destacar que os muçulmanos, historicamente, sempre foram os detentores da exploração, principalmente, de diamantes. Na divisão social do trabalho na RCA eles eram comerciantes e os cristãos funcionários e a crise evoca justamente que essa divisão não era mais aceitável. Uma das principais pautas dos anti-*balakas* é tomar o controle da mineração para quem eles consideram os verdadeiros cidadãos centro-africanos (LOMBARD, 2016; MARCHAL, 2016).

pilhagens começaram a prejudicar a imagem da coalizão (que tinha como elemento em comum apenas a derrubada de Bozizé, não sendo coeso). O governo da *Seleka* não possuía nem mesmo o apoio regional. A violência, dessa forma, não acabou quando o grupo chegou ao poder (que era o prometido). Ao optar por desfazer a coalizão em setembro de 2013, Djotodia prejudicou ainda mais sua estabilidade como presidente. Apesar de seu fim oficial, os ex-*Seleka* continuaram ativos, lutando principalmente contra os anti-*balaka*. O mais grave dos incidentes entre os grupos foi em 5 de dezembro em Bangui, com aproximadamente dois mil civis mortos, dias antes da implementação da Operação Sangaris (9 de dezembro). Do desmantelamento da *Seleka* surgiram novos grupos armados, sendo os mais relevantes a *Union pour la paix en Centrafrique* (União pela paz na República Centro-Africana, UPC, sigla em francês) e *Front populaire pour la renaissance de la centrafrique* (Frente Popular pelo renascimento da República Centro-Africana, FPRC, sigla em francês) (LOMBARD, 2016; DE VRIES; GLAWION, 2015; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015).

### 5.1 O GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE CATHERINE SAMBA-PANZA

A deterioração rápida das condições de vida na República Centro-Africana pode ter demorado a chamar a atenção da ONU, mas em contrapartida, os países da África Central já estavam atentos aos eventos que ocorriam no país. Em janeiro de 2014, Déby (presidente do Chade) decidiu que era hora de intervir novamente na política centro-africana, uma vez que se observava uma onda de violência generalizada, que poderia inclusive transbordar para o seu país (vale destacar a importância da exploração de petróleo para o Chade na fronteira com a RCA) (LOMBARD, 2016).

O presidente Michel Djotodia e seu Primeiro Ministro, Nicolas Tiangaye, foram chamados a comparecer a Cúpula extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Nessa reunião, com o apoio da França, os chefes de Estado pressionaram os líderes da RCA a renunciarem; dias após a renúncia, a CEEAC chamou o Conselho Nacional de Transição (que havia sido estabelecido em abril de 2013 por Djotodia, de acordo com a solicitação da CEEAC) para realizar a eleição de novo presidente interino. Nesse contexto, foi eleita Catherine Samba-Panza, empossada no dia 20 de janeiro de 2014, apenas 10 dias após o fim do governo de Djotodia (HUFFPOST, 2014; MARCHAL, 2016).

Como destaca Marchal (2016, p. 14) o processo de transição não foi endógeno a política nacional. Pelo contrário, foi consequência da articulação de elites centro-africanas,

juntamente com a ONU, a UA, a CEEAC a UE, os EUA e o BM, cada organização com sua parcela de contribuição para a deposição de Djotodia. Panza, então, recebe como missão reunificar o país, além do desafio de conseguir retomar para o Governo o controle das áreas mais afastadas da capital e, por fim, o mais importante, seria necessário organizar uma nova constituição para a RCA e as eleições, previstas para o primeiro semestre de 2015, que eram aguardadas principalmente pelos países ocidentais (MARCHAL, 2016).

Catherine Samba-Panza, como os demais membros da elite centro-africana, havia estudado no exterior. Formada em direito, na França, atuava em ONGs nacionais na luta pelo direito das mulheres e no combate principalmente a violência sexual e aos abusos sofridos por elas. Antes disso, havia ficado conhecida em Bangui por sua empresa de seguros e por sua participação no *Lion's Club* da RCA, que lhe deu grande visibilidade entre os políticos tradicionais centro-africanos, transitando confortavelmente entre as elites do país. Através do casamento com um político que havia sido ministro nos governos de Kolingba, Patassé e Bozizé, ela pode entrar na vida política centro-africana, que a levou a ser chamada pelo governo da *Seleka* para ser prefeita de Bangui durante o governo de Djotodia. Panza, ademais, era um nome que foi bem aceito pela comunidade internacional, tendo sua candidatura apoiada principalmente pela França (DUHEM, 2014; MARCHAL, 2016).

Durante seu período de governo, então, ela buscou a reconciliação nacional através de duas medidas: a primeira foi o Acordo de cessação das hostilidades na República Centro-Africana (2014), em Brazzaville e a segunda, o Fórum de Bangui (2015). No que tange ao primeiro evento, os Acordos de Brazzaville (2014), como ficaram conhecidos, contou com a mediação da República do Congo e no qual os líderes dos grupos rebeldes, principalmente ligados ao anti-*balaka* e ex-*Seleka*<sup>3</sup>, assinaram concordando com o cessar-fogo. Meses depois, em Nairóbi, encontram-se Bozizé e Djotodia a pedido do presidente da República do Congo, para assinarem um acordo entre eles, no qual eles se comprometeram a apoiar os Acordos de Brazzaville e solicitar que seus apoiadores fizessem o mesmo. No entanto, nem Bozizé representava os anti-*balaka* nem Djotodia os ex-*Seleka*. Vale destacar que essa reunião em Nairóbi foi criticada pela CEEAC e não reconhecida pelo governo de Panza (DJOTODIA..., 2015; DE VRIES; GLAWION, 2015). Infelizmente, o Acordo de Brazzaville não se manteve vigente por muito tempo, uma vez que ele não teve real adesão dos movimentos insurgentes e nenhuma precisão tanto de medidas que seriam adotadas quanto de calendário de atuação.

---

<sup>3</sup> Deve-se ter em mente que os grupos eram muito difusos e em sua grande maioria não possuíam um líder central. Logo, os representantes que compareceram à reunião não se configuravam como uma liderança unânime dentro dos grupos. A consequência foi que os grupos não se sentiram representados e, portanto, obrigados a seguirem os acordos.

No ano seguinte, em maio 2015, o governo promoveu o Fórum de Bangui, no qual foram chamados às discussões grupos armados, governo e sociedade para debater sobre os problemas enfrentados pelo país e como alcançar um futuro mais pacífico. Pela primeira vez as prefeituras foram chamadas a estarem presentes e a contribuírem com o diálogo. O documento final estabeleceu medidas de DDR e de justiça e reconciliação, para punir os crimes cometidos pelos combatentes. O governo propôs ainda que se reconhecessem eventos muçulmanos, como o Ramadã, no calendário do país, para reforçar o caráter multi-religioso da RCA. Pode-se compreender o Fórum de Bangui como um importante passo no fortalecimento da construção da identidade centro-africana, bem como da afirmação de sua soberania, pois pela primeira vez os centro-africanos lideraram o debate acerca de seus conflitos (LOMBARD, 2016; MARCHAL, 2016; RFI AFRIQUE, 2015).

Dessa forma, 2015 representou um ano de acontecimentos significativos na República Centro-Africana. Depois do Fórum de Bangui, o governo de transição elaborou uma nova constituição para o país, sendo aprovada em um referendo no dia 13 de dezembro de 2015 e promulgada no dia 30 de março de 2016. Outro grande feito que o governo de Samba-Panza alcançou, em resposta a demandas externas, foi a realização de eleições para a presidência e para o legislativo entre 2015 e 2016, que elegeram como novo presidente Faustin Archang Touadéra. A organização das eleições ficou a cargo da *Autorité Nationale des Élections* (Autoridade Nacional de Eleições), auxiliada pela Divisão de Assistência Eleitoral da MINUSCA. Sendo assim, houve uma transição pacífica entre governos, tendo sido considerada pelos observadores internacionais como uma vitória para o fortalecimento do Estado (LOMBARD, 2016; MARCHAL, 2016).

## 5.2 A PRESENÇA PERSISTENTE: O PAPEL DA FRANÇA

A ONU demorou a se posicionar frente aos acontecimentos que se desenvolviam rapidamente na RCA. A França, passados mais de 50 anos da independência de suas ex-colônias, nunca se afastou em definitivo dos países africanos. Mesmo durante o tempo que esteve ausente militarmente da República Centro-Africana, se manteve economicamente presente (através do Franco CFA). Coube a ela também chamar a atenção da ONU à situação cada vez mais instável na RCA. De dezembro de 2012 a março de 2013, o *Seleka*, por exemplo, foi capaz de cruzar o país sem que houvesse alguma manifestação por parte da comunidade internacional (MARCHAL, 2015).

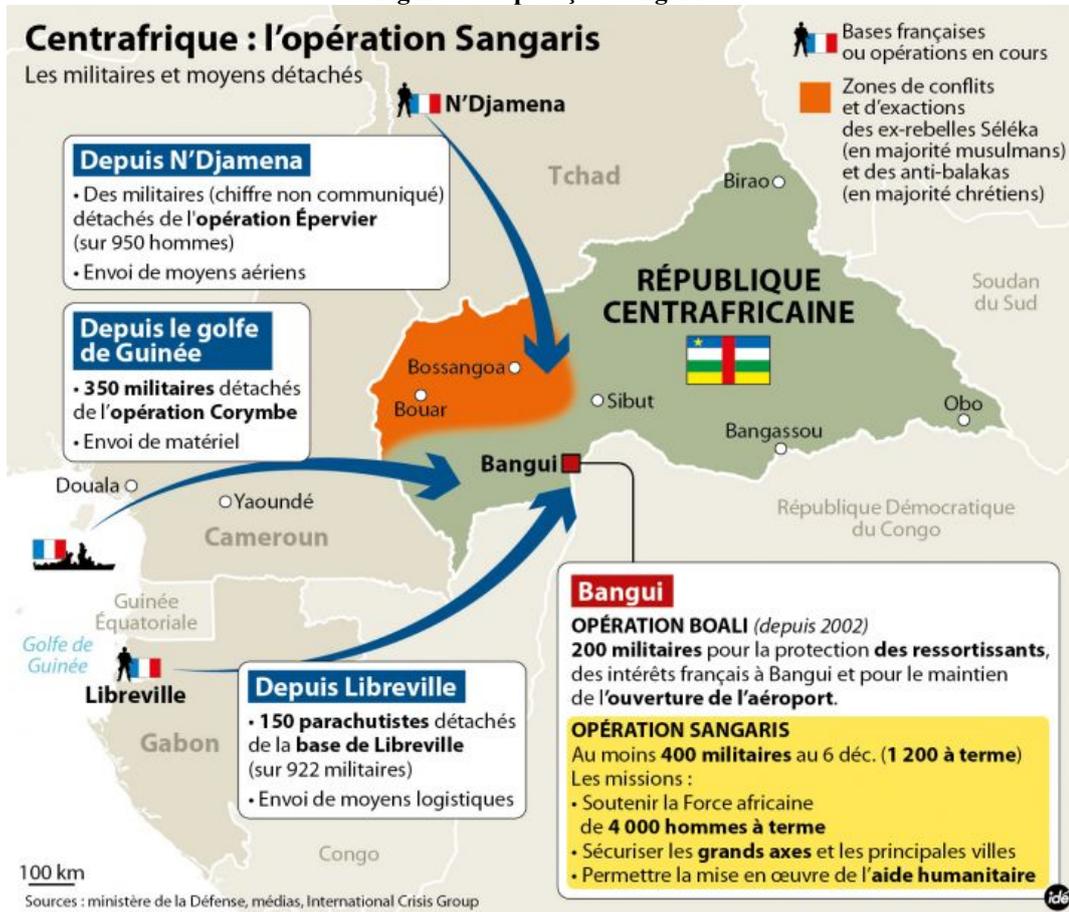
Em 2012, o Presidente François Hollande havia anunciado o fim das políticas conhecidas como *Françafrique*, o que sugeria que a França evitaria voltar a intervir militarmente na África. Contudo, em dezembro de 2013, uma intervenção militar francesa já estava sendo preparada para ser implementada na RCA, aos moldes da que já estava sendo executada no Mali, conhecida como Operação Sangaris. Ela foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU em dezembro de 2013, juntamente a *Mission internationale de soutien à la Centrafrique sous conduite africaine* (Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana sob Condução Africana, MISCA, sigla em francês) com 1,6 mil soldados inicialmente. Em fevereiro de 2014 o número de soldados chegou a 2 mil, devido a novas instabilidades e ao estabelecimento do governo de transição de Catherine Samba-Panza. Em junho de 2015, a França – onde se aproximavam as eleições presidenciais –, pretendendo reduzir sua presença militar no país, diminuiu seu contingente militar para cerca de 900 soldados (HÉMEZ, 2016; DE VRIES; GLAWION, 2015).

A operação, em termos práticos, teve três fases de ação. A primeira foi a retomada e ocupação das maiores cidades do país, principalmente de Bangui. Segundo Hémez (2016) a falta de infraestrutura local foi um desafio a mobilidade das tropas, porém a disponibilidade apenas de veículos leves para a operação acabou sendo positiva, resultando em uma maior efetividade do deslocamento. Na segunda fase, segundo o autor, que foi de janeiro a março de 2014, o objetivo era securitizar a rota Bangui-Bouar, importante para o abastecimento do país. Por fim, na terceira fase, a partir de março, a operação se voltou para leste, em busca de retomar o controle de cidades como Bria e Ndélé. A meta da operação era tomar as cidades nas quais os civis estavam mais desprotegidos ou com chances de sofrerem ataques. Assim que a cidade era securitizada, o seu controle era passado para as tropas internacionais. Contudo, essa securitização era muito precária e a quantidade de soldados em solo era muito menor do que a necessária (segundo Hémez são necessários 10 soldados para cada 100 mil habitantes; no caso da RCA no auge do emprego de tropas, havia no máximo 2,2 soldados para cada 100 mil habitantes) (HÉMEZ, 2016).

A figura abaixo mostra de onde foram mobilizadas as tropas, bem como suas capacidades. É interessante destacar que muitas delas se encontravam em países vizinhos, evidenciando a ampla presença militar que a França mantinha à época – e que em alguns países mantém até hoje. Segundo De Vries e Glawion (2015) a opinião pública centro-africana, no que tange às operações militares desempenhadas pela França, divergem de acordo com o local. Uns sentem gratidão pelo apoio e outros, mais críticos, destacam que a França

nada fez para prevenir o caos que se instaurou, uma vez que ela estava envolvida no dia a dia da política do país e da região há bastante tempo.

Figura 5 - Operação Sangaris



A França nesse período mobilizou a ONU e suas agências a então se manifestarem acerca da instabilidade crescente na RCA. Havia, por trás disso, a necessidade de dividir os custos da operação com outros países, devido à opinião pública francesa ser contrária a presença militar na África. Mesmo que a França tenha comandado as operações na RCA, ela não tinha interesse em bancar os custos sozinha. Nesse contexto, ela mobilizou a ajuda financeira (e posteriormente de efetivo militar) da União Europeia. Esse financiamento europeu será também muito importante para as missões africanas, a saber, a *Mission de consolidation de la paix en Centrafrique* (Missão de consolidação da paz na República Centro-Africana, MICOPAX, sigla em francês) e a MISCA. Com o fim do governo de Djotodia, a França apoia a candidatura de Catherine Samba-Panza como nova presidente interina da RCA e mantém a Operação Sangaris até 2016, com progressiva redução no contingente militar a partir de 2015 (OLIN, 2015; HÉMEZ, 2016).

### 5.3 A ÁFRICA CENTRAL E A UNIÃO AFRICANA

A política interna da República Centro-Africana sempre foi muito suscetível a interferências externas. Tanto o golpe de Estado de Bozizé quanto o golpe da *Seleka* são provas de como a região (e a França) influenciam na política doméstica da RCA. É importante destacar como os países da região central da África foram responsáveis por diversas mediações ao longo dos anos de instabilidade no país, não só desde a tomada do poder por Djotodia em 2013 (MARCHAL, 2015; 2016).

Apesar de ser possível observar que a grande maioria teve algum envolvimento tanto com a coalizão *Seleka* quanto com os governos em Bangui, é importante que se destaque as relações históricas com o Chade, que além das relações econômicas e militares possuía forte peso diplomático na região. Trata-se de uma país atuante na CEEAC e à época, possuía um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Chade passou por um período de mudanças que possibilitou um maior desenvolvimento e como consequência uma maior capacidade de projeção na região da África Central. Desde a independência, a República Centro-Africana possuía relações, em geral, muito próximas com o Chade. A região nordeste da RCA, onde os dois países fazem fronteira, abriga importantes reservas de petróleo, estratégica para ambos. Nesse sentido, a estabilização da região se torna interessante para que possa haver a exploração econômica das reservas. Na questão de política doméstica, o Chade, de Déby, apoiou militarmente Bozizé - somado ao apoio político dos países da região, com o consentimento da França -, quando este tomou Bangui. Durante a "*Bozizie*", Déby foi ficando descontente com as decisões tomadas no país vizinho - uma vez que vinha perdendo sua posição de influência para a África do Sul -, levando-o a apoiar, mesmo que não abertamente, a *Seleka* (que não era consenso entre os Chefes de Estado da região como governo alternativo, apesar de todos concordarem que o governo precisava mudar). deterioração das relações entre Chade e RCA sofrem ainda mais com a chegada de Catherine Samba-Panza ao poder, principalmente após uma série de acusações feitas pelo seu governo à tropa chadiana que compunha a MISCA. Nesse contexto, a Comissão de Direitos Humanos da ONU endossa as críticas à postura dos soldados chadianos, levando Déby a retirar todas as suas tropas da RCA e fechar a fronteira entre os dois países (MARCHAL, 2015; 2016; DE VRIES; GLAWION, 2015).

Dentre os demais países vizinhos, vale destacar também a República do Congo, que desde que Nguesso assumiu o país em 1997, teve importante papel na política interna centro-africana. O presidente congolês ajudou a tirar Patassé do poder em 2003 e manteve relações

oscilantes com o governo de Bozizé. Durante a crise de 2013, Nguesso ganhou proeminência por ser o mediador dos acordos de paz, que se deram em janeiro, em Libreville, no Gabão. Quando ocorreu a deposição de Bozizé da presidência, em março, o governo congolês se recusou a ajudá-lo. Já no governo de Catherine Samba-Panza, Nguesso atuou novamente como mediador dos acordos de cessar-fogo, desta vez em Brazzaville, no seu país. Também foi um dos articuladores do Acordo de Nairóbi, no entanto, foi muito criticado pela iniciativa e não foi reconhecido pelo governo interino (DE VRIES; GLAWION, 2015).

Em contramão as decisões dos países da África Central, Camarões era o único país que não apoiava as decisões dos chefes de Estado em relação a reconhecer o *Seleka* como governo. Ofereceu refúgio a Bozizé (anos antes, já havia concedido refúgio a Patassé) e conseqüentemente, estremeceu suas relações com o Chade. Camarões, apesar de não ser tão atuante na política interna da RCA, é um dos maiores receptores de deslocados centro-africanos e é um importante contribuinte para as operações de *peacekeeping* com tropas, visando conter o efeito de transbordamento do conflito para a sua fronteira (DE VRIES; GLAWION, 2015).

Quem despontou de maneira atuante no cenário a partir de 2014 é Angola, apresentando seu interesse em enviar tropas para ajudar na estabilização da capital da RCA, Bangui. Quanto a forma de participação, houve divergências em relação à ONU: por um lado, Angola não estava disposta a participar dos capacetes azuis, por outro, o Conselho de Segurança (bem como a França) não tinha interesse em autorizar mais uma operação militar independente no país centro-africano. Em 2015, Angola foi eleita como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU e esteve mais próxima das decisões internacionais acerca do conflito. Nesse contexto, há também uma aproximação política entre o governo angolano e o governo de transição de Catherine Samba-Panza, que resultou na assinatura do Memorando Geral de Entendimento entre os dois Estados, além de um programa de apoio financeiro e de cooperação econômica (2014). O governo angolano demonstrou interesse em acessar a indústria mineradora de diamantes na RCA, como indica o acordo celebrado entre o Ministro de Minas do governo de Panza e companhias pertencentes a angolanos (ANGOLA..., 2014; MARCHAL, 2015; 2016).

No que tange ao papel que as organizações regionais assumiram, cabe destacar a participação tanto da CEMAC quanto da CEEAC em mobilizarem tropas de pacificação, mesmo que concentradas em Bangui. Assim, aparecem nesse cenário a *Force Multinationale en Centrafrique* entre 2002 e 2008 (Força Multidimensional na República Centro-Africana, FOMUC, sigla em francês), sob o controle da CEMAC e posteriormente a MICOPAX, sob

controle da CEEAC, entre 2008 e 2013, assumindo o mandato da FOMUC. Esta teve papel importante tanto ao evitar a tomada de Bangui em janeiro de 2013 pelas forças da *Seleka* quanto em não interferir quando elas o fazem em março, devido a descontentamentos dos países da região com a presença sul-africana durante as negociações de paz em Libreville - em abril de 2013. Como consequência, Zuma, presidente da África do Sul, ordenou a retirada de todas as tropas sul-africanas da RCA, depois de alguns anos de boas relações bilaterais, nas quais a África do Sul foi beneficiada pelo governo de Bozizé, principalmente no que tange a exploração de petróleo (BANERJEE, 2013; MARCHAL, 2015; 2016).

Importa ainda destacar a participação da União Africana (UA) e do Conselho de Paz e Segurança (CPS) nos acontecimentos posteriores ao Golpe de 2013. Como já destacado, com o golpe da *Seleka*, a RCA foi temporariamente suspensa da organização e clamou para que um governo de transição fosse estabelecido urgentemente (o que aconteceu em abril, durante uma reunião dos chefes de Estado da CEEAC). Em 19 de julho o CPS autoriza a *African-led International Support Mission in the Central African Republic* (Missão africana de apoio internacional a RCA, AFISM-CAR, sigla em inglês), que reforçou a MICOPAX. Ambas deveriam trabalhar juntas, com apoio financeiro da UE e dos EUA. Conforme a declaração da organização de novembro de 2013, em dezembro estava previsto que o mandato seria passado da CEEAC para a UA (que seria ajustada para a MISCA, conforme apresentado) e que todos os esforços continuariam a serem conjuntos, com especial destaque para a BINUCA. Vale, por fim, destacar o caráter conjunto dos esforços empreendidos pelas organizações regionais em tentar resolver o conflito na RCA, uma vez que é uma região central na África e pode gerar graves consequências para o continente como um todo. O CPS desde 2013 mantém com frequência a RCA na pauta de suas reuniões, atuando inclusive em concordância com a ONU, aplicando sanções a pessoas e entidades e congelando ativos financeiros. Assim como as Nações Unidas, a União Africana tinha o compromisso de proteger civis e estabelecer um ambiente propício para a realização de eleições e contava com o apoio militar da França e da União Europeia (AFRICAN UNION, 2013a; 2013b; 2014).

#### 5.4 A RESPOSTA DA ONU À CRISE

Ao se analisar o engajamento da ONU na República Centro-Africana é necessário que se faça uma breve recapitulação da atuação da organização no país. Ao longo dos anos houve muita variação de missões, intervenções militares francesas ou coalizões regionais para tentar estabelecer a paz. Também muito dinheiro foi destinado aos cofres públicos para ajuda

humanitária (em 2012 foram em torno de 227 milhões de dólares) (OLIN, 2015, p.194). Essas medidas no entanto, nunca se mostraram como soluções duradouras para a estabilização e fortalecimento do Estado (a solução priorizava medidas de curto-prazo). Segundo Olin (2015), a RCA serviu como cobaia da aplicabilidade dos conceitos onusianos de promoção da paz, isto é, testava-se na RCA e depois aplicava-se em outros países, como aconteceu na Somália. O Estado centro-africano recebeu, desde 1997 - ano da primeira missão -, operações tanto de *peacekeeping* quanto de *peacebuilding*, sempre fortemente amparadas por acordos bilaterais e engajamento regional (OLIN, 2015; UNITED NATIONS, 2017).

A primeira operação de paz estabelecida na República Centro-Africana foi em 1997, ainda no governo de Patassé. Começou com uma intervenção francesa enviada para ajudar o governo a lidar com os motins na capital. Nesse contexto, tentando evitar uma presença prolongada no país, a França pressiona os países da região a formarem uma tropa de forças internacionais - a MISAB (1997-1998). O seu primeiro objetivo era retomar a rotina da capital e depois o foco se voltou ao desarmamento de rebeldes. Também foi encaminhada uma solicitação ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para que este desenvolvesse um programa de reinserção dos rebeldes às Forças Armadas (dentro dos programas de DDR). Ao final do mandato, a MISAB foi considerada um sucesso. Vale ressaltar que o que os países acharam um sucesso, no entanto, era algo superficial, pois na realidade haviam diversos problemas, principalmente financeiros<sup>4</sup>, que começavam a aparecer, quando o mandato foi chegando ao fim (OLIN, 2015).

Quando a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana, (MINURCA, sigla em francês, 1998-2000) foi estabelecida, um ano após a MISAB (assumindo o seu mandato), ela era limitada a capital, como sua antecessora. Tinha como adicional apoiar as eleições legislativas de 1998 com possibilidade de extensão prevista, que englobaria as eleições presidenciais previstas para 1999. A MINURCA foi considerada um espelho da MISAB e elas enfrentaram um desafio semelhante: a falta de um interlocutor local que fizesse a mediação da missão com a população e que passasse credibilidade perante ela. A missão encerrou suas atividades 60 dias depois das eleições, com uma estabilidade que era apenas superficial e precária (OLIN, 2015).

Após a saída da MINURCA, a RCA recebe a sua primeira missão de construção da paz no pós-conflito, *peacebuilding*, da ONU: o *Bureau des Nations Unies pour la consolidation de la paix en République Centrafricaine* (Escritório das Nações Unidas para a

---

<sup>4</sup> A MISAB foi extremamente dependente do financiamento da França, por redução dos financiamentos externos, e mesmo a França não estava disposta a manter esse financiamento por muito tempo (OLIN, 2015).

consolidação da Paz na República Centro-Africana, BONUCA, sigla em francês, 2000-2010), que seria responsável por amparar os esforços nacionais de fortalecimento da democracia. A BONUCA não possuía componente militar e contava com escasso financiamento e mesmo com os esforços do governo, há um aumento da criminalidade em Bangui. Mesmo contando com um escritório em Bangui, a tentativa de destituir Patassé do poder em 2001 (que foi impedido principalmente com o apoio de tropas líbias e congolezas) foi uma surpresa para a ONU. Tal fato resultou em um efeito negativo sobre os esforços que vinham sendo feitos para estabilizar e fortalecer o Estado. A BONUCA não dispunha de capacidades e de meios para impedir que houvesse um escalonamento da violência e Patassé, ciente da necessidade de um componente militar, vai recorrer a Comunidade do Sahel-Saara em 2002 (CEN-SAD) (OLIN, 2015).

Nesse contexto, a Comunidade Econômica e Monetária da África Central também opta por enviar uma tropa para auxílio no país: a FOMUC (2002-2008). Destaca-se o papel desempenhado por ela durante o golpe de Bozizé, de não impedir que as forças rebeldes de tomarem a capital. A CEMAC passa em 2008 o mandato da FOMUC para a CEEAC e a missão é renomeada para *Mission de consolidation de la paix en Centrafrique* (Missão de consolidação da paz na República Centro-Africana, MICOPAX, 2008-2013), tendo suas capacidades expandidas. A BONUCA então, nesse novo cenário, foi incapaz de fazer algum progresso em relação a promoção de um diálogo nacional. Enquanto isso, na fronteira entre Chade e Sudão há o aumento das tensões, que gera um efeito de transbordamento do conflito para a RCA. Dessa forma, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) autorizou a UE a enviar uma força europeia, a *European Force* (Força Europeia, EUFOR, 2007) na fronteira entre Chade e RCA, na mesma resolução que estabeleceu a *Mission des Nations Unies en République Centrafricaine et au Tchad* (Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade, MINURCAT, 2007-2010). Em 2008, Bozizé solicita a inclusão da RCA na Comissão da ONU para a Construção da Paz (PBC, sigla em inglês). Três grandes eixos conduziram as políticas propostas pelo PBC: (i) Reforma no Setor de Segurança (SSR, sigla em inglês) e políticas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração; (ii) Governança e (iii) Polos de Desenvolvimento (OLIN, 2015; DE VRIES; GLAWION, 2015).

Em 2010 a BONUCA foi combinada com outras agências da ONU presentes na RCA. Como resultado, tem-se o *Bureau Intégré de l'Organisation des Nations Unies en Centrafrique* (Escritório Integrado da Organização das Nações Unidas na República Centro Africa, BINUCA, 2010-2014) Esta por sua vez, possuía um mandato ambicioso, que compreendia SSR e DDR, reforçar a autoridade do Estado, apoio a melhores condições dos

direitos humanos e coordenar políticas de pós-conflito com o PBC. Dentro das missões da ONU de *peacebuilding*, destacam-se dois eixos principais: (i) o desenvolvimento de políticas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração e a proposta de reforma das Forças Armadas Centro-africanas (FACA) e (ii) a criação de um diálogo político inclusivo com todos os atores do conflito. Essas políticas falharam em sua implementação na República Centro-Africana, principalmente, pelos escritórios da ONU não saberem aproveitar os períodos de maior estabilidade do país para colocar as políticas em prática e como já mencionado, sempre buscar soluções práticas, rápidas e fáceis para um conflito tão complexo.

Também não se pode deixar de destacar que se de um lado a ONU peca por não conseguir progredir na estabilização do país, por outro o governo também não se mostra empenhado em ajudar a tornar efetiva as propostas. As ações e medidas de *peacebuilding* realizadas no país ficavam a cargo da BONUCA/BINUCA e de ajuda bilateral, faltando maior engajamento por parte Estado. Olin (2015) ainda aponta que as falhas também são consequência da tendência dos parceiros regionais de interferirem nas políticas internas da RCA, utilizando a participação nas missões para atingir seus próprios objetivos (OLIN, 2015; DE VRIES; GLAWION, 2015).

A MICOPAX não era uma missão muito grande - no começo de 2012 os países contribuintes com tropas decidiram retirar parte delas da RCA e depois, em dezembro, com a ascensão da *Seleka*, decide-se reforçar novamente a missão. Mesmo assim, sozinha, ela não vinha mais sendo capaz de manter Bangui pacificada e as forças francesas estavam limitadas ao aeroporto. Nesse contexto, tem-se a primeira atuação da UA no país, através da AFISM-CAR, estabelecida para auxiliar a MICOPAX - contudo havia uma dificuldade em coordenar as duas forças por divergências entre as duas organizações. No fim de 2013, com o aumento da violência pelo conflito entre ex-*Seleka* e anti-*balaka* e também por pressões por parte da França, o Conselho de Segurança autorizou a Operação Sangaris, que inicialmente envia 1600 soldados, e o estabelecimento de uma missão de paz coordenada pela UA, a *Mission internationale de soutien à la Centrafrique sous conduite africaine* (Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana sob Condução Africana, MISCA, sigla em francês, 2013-2014), que absorveu a MICOPAX, na resolução 2127, sob o capítulo VII<sup>5</sup>. Essa mesma resolução estabelece embargos na venda de armas para a RCA, um comitê de sanções e um painel de peritos. Entretanto os ex-*Seleka* eram mais resilientes do que a operação esperava e ela não levou em conta o crescimento dos grupos anti-*balaka*.

---

<sup>5</sup> O Capítulo VII autoriza que as missões utilizem da força para a proteção de civis e para o cumprimento do mandato.

A MISCA, que contava com aproximadamente 6 mil soldados, possuía como objetivo principal proteger civis e retomar a ordem e a estabilidade no país, retomando o controle de cidades importantes para o Estado e apoiando as políticas de DDR. Vale destacar que os Estados da Comunidade Econômica dos Estados da África Central continuaram a serem os principais contribuintes de tropas para a MISCA, que demonstra que eles continuavam engajados na situação da RCA, mesmo com a saída da missão regional. Junto do estabelecimento da MISCA, a França lançou a Operação Sangaris que reforçava as atividades da missão africana. Cumpre acrescentar que entre janeiro e março de 2014 diversas resoluções do CSNU pautaram a situação na RCA. Permeava entre o Conselho as divergências entre manter a missão sob a UA ou transferir o mandato para a ONU. Por um lado, França alegava que mesmo com uma maior coordenação entre a BINUCA, a MISCA e a Sangaris, ainda assim eles não conseguiam ter um desempenho positivo. Por outro lado, os EUA eram defensores de prover mais tempo para a MISCA (que era financeiramente mais barata), na esperança que ela sozinha fosse capaz de estabilizar o país (OLIN, 2015; ZIFCAK, 2015; WELZ, 2014).

Em janeiro de 2014, quando Djotodia foi convocado à cúpula da CEEAC e forçado a abdicar, vários Chefes de Estado da organização comprometeram-se a enviar tropas em apoio à missão. No entanto, o emprego dessas forças perto de suas fronteiras (por exemplo a tropa camaronesa perto da fronteira da RCA com Camarões) fez com que elas fossem acusadas de tomarem lado na disputa, isto é, proteger os seus interesses nacionais acima dos objetivos da MISCA. Nesse mesmo período, a UE mobilizou uma tropa para auxiliar na estabilização da República Centro-Africana, a EUFOR-RCA (2014), que foi autorizada pelo CSNU em fevereiro. Em abril, já no governo de Catherine Samba-Panza, o Conselho de Segurança finalmente autorizou o estabelecimento da primeira missão multidimensional robusta da ONU na RCA, a *Mission multidimensionnelle intégrée des Nations Unies pour la stabilisation en Centrafrique* (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana, MINUSCA, sigla em francês), que assumiu e expandiu o mandato da MISCA em setembro de 2014 e absorveu a BINUCA. Para fins de comparação, as missões da ONU anteriores possuíam entre 200 e 700 soldados, a MINUSCA possuía, inicialmente, 10 mil soldados (além de 240 observadores militares, 1,8 mil policiais e 200 civis) e se colocou, em um momento inicial, com a primeira missão que superava o número de rebeldes na época do seu implemento (OLIN, 2015; DE VRIES; GLAWION, 2018; WELZ, 2014).

A MINUSCA, estabelecida pela resolução 2149, sob o capítulo VII, estabeleceu escritórios em 16 prefeituras (destacadas no mapa abaixo) e deveria ajudar a restabelecer o monopólio do uso da força para o Estado. As propostas da MINUSCA eram muito próximas das missões anteriores: promover o DDR e a repatriação de rebeldes de países vizinhos, a proteção de civis, a promoção de um diálogo nacional, mediação e conciliação entre as partes em conflito, a restauração da autoridade do Estado e a proteção dos direitos humanos. Junto com a presença MINUSCA, tem-se o aumento massivo das Organizações não-governamentais (passam para mais de 100 em 2014) (LOMBARD, 2016; DE VRIES; GLAWION, 2018; UNITED NATIONS, 2014).

**Figura 6 - Posições da MINUSCA na RCA**



Fonte: Adaptado de United Nations Geospatial Information Section (2018).

As tropas da missão eram apoiadas pela *European Force* e pela Operação Sangaris, entretanto, mesmo com todos os esforços, o Estado só detém o controle de aproximadamente 40% do território, sendo que a presença do governo e da MINUSCA estão concentrados nas áreas urbanas, deixando as áreas rurais ainda muito suscetíveis aos ataques dos grupos rebeldes (ZIFCAK, 2015; DE VRIES; GLAWION, 2018).

## 5.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTABILIDADE PROLONGADA

Ao longo dos capítulos, ficou claro que as transições políticas na RCA em geral foram violentas. Após os anos 2000, segundo Isaacs-Martin (2016), vai ocorrer um aumento no número de milícias espalhadas pelo país e ele apresenta que se tem dois padrões para o conflito violento que vai começar em 2013: o primeiro é as constantes mudanças políticas pela força e por Golpes de Estado e a segunda é o novo método de violência envolvendo também atores não estatais como civis, unidades de defesa e milícias (esse último padrão é mais recente). Essa violência persistente gera um ambiente de medo, desesperança e desespero, o que atua como um elemento subjetivo, presente nos civis que se juntam às milícias, por exemplo.

Explorou-se nesse trabalho a ideia de que os conflitos começam, em geral, no nível das elites políticas. Elas acabam incorporando os grupos rebeldes à política e os conflitos existentes, que até antes não influenciavam as camadas mais baixas da sociedade - que apenas sentiam suas consequências -, passam a influenciar. Essas camadas, reinterpretem o conflito, que é político, como étnico<sup>6</sup> ou religioso - nesse ponto, o que antes não era visto como um problema (as diferenças étnicas ou religiosas), passa a ser uma ameaça, isto é, há a percepção de que um grupo está levando vantagem em detrimento de outro. Logo, os grupos acabam mostrando lealdade a sua etnia, não por nascerem nela mas pela ideia de se beneficiarem com ela (ERIKSEN, 1996; ISAACS-MARTIN, 2016).

Segundo de Vries e Glawion (2015) o presente de hostilidades deriva de (i) uma sociedade fraturada; (ii) crises políticas e armadas (causadas pela fratura da sociedade) e (iii) forte presença externa que molda as políticas internas e as rebeliões. Os autores destacam que era de interesse das elites políticas que se mantivessem as divisões históricas e a proliferação dos grupos armados. Deve-se mais uma vez destacar que as interferências externas foram parte importante do cenário de violência que tomou conta da RCA (DE VRIES; GLAWION, 2015).

A atual situação, de ataques a civis de modo indiscriminado, tem acarretado um caráter negativo aos grupos, em especial, para os anti-*balaka*, que passaram de patriotas a criminosos, segundo o relatório do International Crisis Group de 2015. Com isso, o grupo

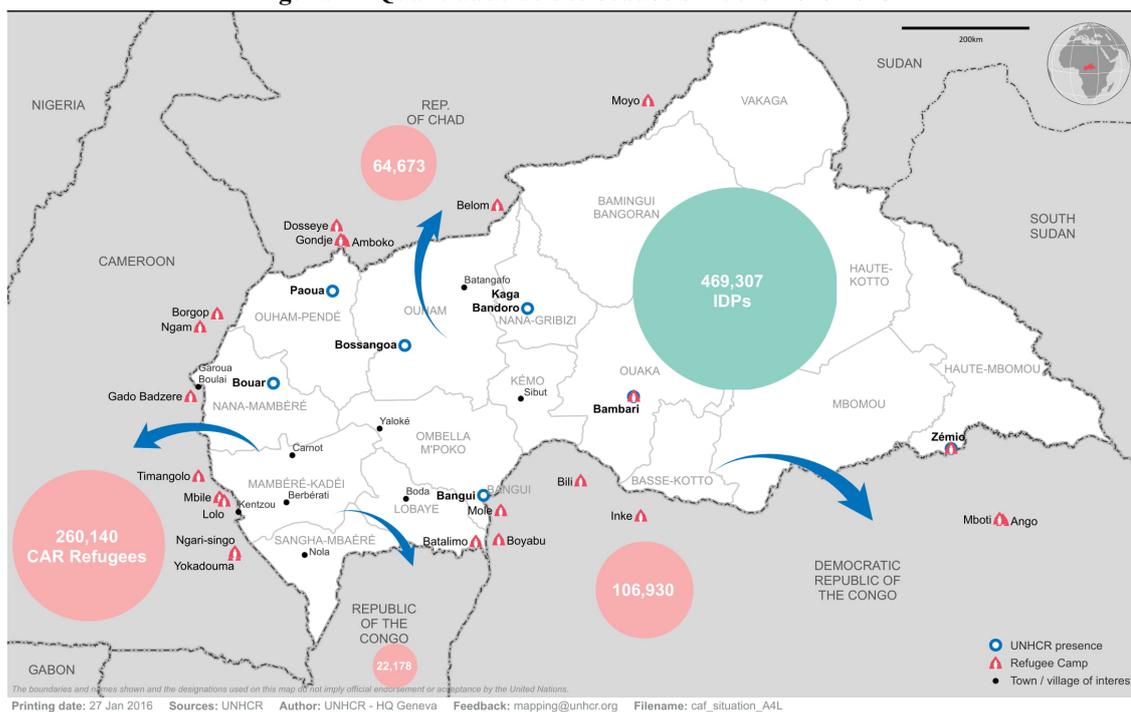
---

<sup>6</sup> Os grupos étnicos neste trabalho são compreendidos como criações externas, pois apesar dos fatores comuns de identificação existentes entre a população, a percepção de que eram um grupo fechado foi introduzida com a colonização. É como se uma fronteira fosse criada em um ambiente que, até então, era fluido (ERIKSEN, 1996; ISAACS-MARTIN, 2016). Não se nega a preexistência de tais grupos e de suas diferenças políticas prévias a colonização, entretanto esse debate sobre civilizações pré-coloniais não entra no escopo deste trabalho.

vem perdendo sua legitimidade perante as comunidades, sobretudo as rurais. Outro ponto importante é desenvolver, também, medidas efetivas de integração das comunidades muçulmanas na política e sociedade centro-africana, como visto nos esforços do Fórum de Bangui.

Nesse sentido, a demora na implementação da MINUSCA acentuou o número de confrontos entre *ex-Selekas* e *anti-balakas* além de ataques a comunidades no interior do país, o que resultou em uma grande proporção da população tendo que se deslocar, tanto interna quanto externamente. Até 2015 o número total de pessoas nessa condição era de 923.223 mil pessoas, representando quase um quarto da população total da RCA, a época. Entre 2013 e 2015, por exemplo, subiu em mais de um milhão o número de pessoas que precisavam de algum tipo de auxílio humanitário (de 1.6 milhões para 2.7 milhões) como acesso a água potável, medicamentos e alimentos, representando aproximadamente 33% da população da RCA, segundo a ONU (OCHA, 2017).

**Figura 7 - Quantidade de deslocados em dezembro 2015**

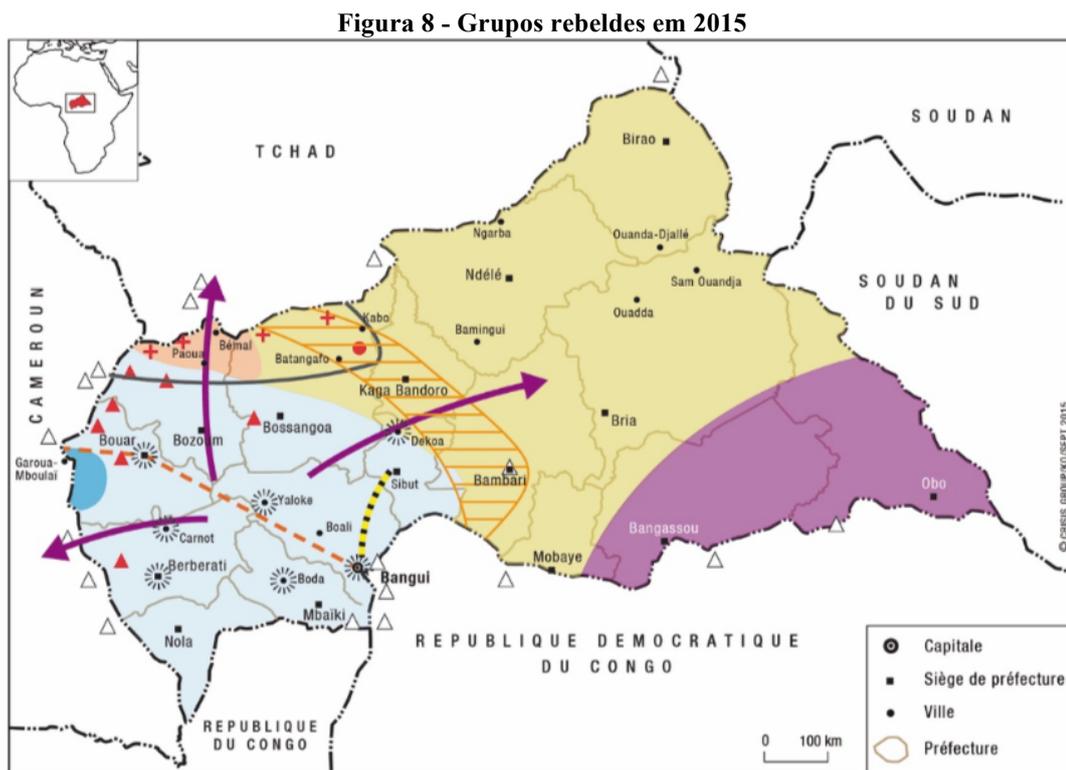


Fonte: United Nations High Commissioner for Refugees (2015).

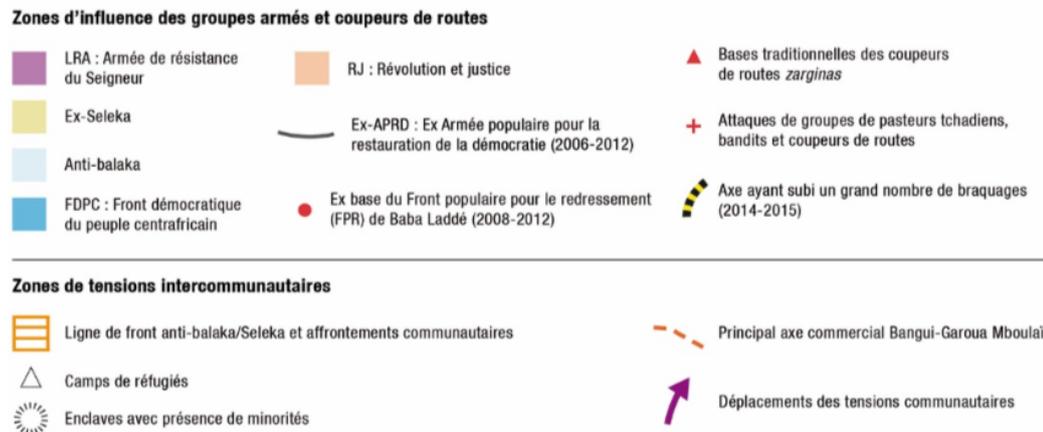
Nesse contexto, de acentuados confrontos, medidas paliativas têm sido implementadas, como o estabelecimento de campos de acolhida das populações deslocadas, como o de Bambari (mapa acima) e em outros países vizinhos. Entretanto, esses campos ficam expostos, em meio a comunidades que são constantemente atacadas pelos grupos rebeldes. Vale destacar que muito da dificuldade em estabelecer um diálogo entre as forças rebeldes se dá pela má compreensão dos interesses políticos por trás desses grupos. Enquanto

o conflito for tratado como religioso, conforme consta inclusive nas resoluções da ONU, dificilmente haverá alguma ação pela reconciliação nacional.

A partir de 2015, configurou-se uma nova dinâmica em relação aos grupos rebeldes, que a partir do desmantelamento da *Seleka*, reagruparam-se em novos pequenos grupos regionais. Conforme o mapa abaixo, pode-se observar onde os principais grupos se concentravam em 2015. Destaca-se as regiões produtoras de diamantes, sob controle dos rebeldes, que ficam nas regiões de Berberati (anti-*balaka*) e Sam Ouandja (ex-*Seleka*). Outro fato a ser destacado é a crescente presença do *Lord's Resistance Army* (Exército de Resistência do Senhor), um dos grupos rebeldes transfronteiriços mais antigos<sup>7</sup> atuante na África. A sua presença na RCA se coloca como outro desafio a estabilização do país, em especial por se tratar de uma zona afastada da capital, com parques naturais e reservas de ferro e ouro (CLAIRET, 2013).



<sup>7</sup> O LRA começou em 1987 em Uganda, liderado por Joseph Kony, e desde então cresceu e passou a realizar ataques em diversos países, como Sudão, Sudão do Sul e RCA. Apesar dos ataques terem caído expressivamente nos últimos anos, o grupo continua sendo uma ameaça aos Estados da região central da África (CAKAJ, 2015).



Fonte: International Crisis Group (2015).

As Nações Unidas acreditavam que as eleições em 2015/2016 somadas a presença da MINUSCA seriam suficiente para estabilizar o país. Entretanto, receber uma missão de *peacekeeping* e realizar eleições não significou na prática que o país alcançou estabilidade real (DE VRIES; GLAWION, 2018). Vale salientar que Lombard (2016) destaca que grande parte das falhas das políticas empregadas por organismos internacionais ou mesmo regionais em tentar estabilizar a República Centro-Africana se dão pela utilização de soluções prontas, que não levam em conta as peculiaridades e os seus desafios históricos. Por outro lado, tem-se o claro desinteresse por parte das elites políticas em fortalecer o Estado e unificar o país. A divisão da sociedade e a proliferação de grupos armados facilitava em parte a dominação dos aparatos estatais e, conseqüentemente, o controle da exploração das riquezas do país. Costumou-se inclusive dizer que o Estado acabava no perímetro 12 (isto é, num raio 12 quilômetros da capital) (LOMBARD, 2016).

Vale destacar ainda a necessidade da reestruturação da economia. É primordial que o governo consiga recuperar a indústria e principalmente o setor de mineração, que após três anos de suspensão do Processo de Kimberley, em 2016, a RCA recuperou sua autorização para exportar de diamantes, dentro dos esforços do governo de Touadéra de retomar um setor importante para a economia nacional. Apesar dos avanços, diversas minas, entretanto, a leste do país continuam embargadas, por estarem em posse dos grupos rebeldes. Atualmente a exploração de diamante é monitorada pelo grupo de trabalho do Processo de Kimberley para garantir que não se comercializem "diamantes de sangue" provindos da RCA. A volta das exportações retoma, então, um setor da economia responsável por aproximadamente 40% do valor das exportações do país e representa um sinal positivo para a retomada da capacidade econômica nacional (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2016).

Enfim, deve-se priorizar a reconciliação nacional e tentar compreender qual o possível papel que novos atores, como a China e a Rússia, podem ter no processo de estabilização do Estado. Outra questão de destaque apresentada ao longo do capítulo é que as organizações internacionais precisam compreender melhor o contexto de instabilidades, para que não acentuem ainda mais o problema. Ao longo dos anos, uma das grandes dificuldades das políticas de *peacekeeping* e *peacebuilding* (focando principalmente em DDR) foram justamente ter como efeito colateral o aumento da quantidade de grupos insurgentes. Falta um debate aprofundado que discuta, a nível internacional, as bases do conflito, para que fórmulas prontas de pacificação sejam repensadas e reorganizadas. Novas propostas visando a estabilidade e fortalecimento do Estado devem pautar uma maior presença da população, principalmente das áreas mais periféricas, na política e nos processos de exercer a cidadania, para que a longo prazo, os cidadãos fortaleçam o sentimento de pertencimento a nação centro-africana. Também é importante que se desenvolvam maiores políticas para aproximar as periferias ao centro de decisões em Bangui e o julgamento de crimes de guerra, tanto de políticos como de rebeldes, para que se estabeleça uma reconciliação entre as populações (DEVRIES; GLAWION, 2015).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estudos Africanos estão em constante expansão no Brasil. Sendo assim, o tema abordado neste trabalho representou um esforço no sentido de ampliar os estudos sobre África. Buscou-se responder como os tensionamentos históricos possibilitaram o surgimento da coalizão *Seleka* e quais foram os desdobramentos políticos gerados pelo seu período no governo da RCA. Nesse sentido, verifica-se que o presente de hostilidades ainda deriva de três principais questões, conforme apresentado no último capítulo: a sociedade fraturada; as crises políticas e armadas e as relações com a influência externa.

No que tange às sociedades, este estudo compreendeu que o governo deve direcionar seus esforços para reintegrar as parcelas marginalizadas da população, principalmente os muçulmanos à sociedade. É necessário que se estabeleçam políticas públicas que reforcem o sentimento de pertencimento e que possibilitem exercer a cidadania. Nesse quesito, soma-se a esses esforços também a MINUSCA e demais organizações não-governamentais, que devem reforçar as políticas de DDR e capacitar ex-rebeldes para que assim consigam integrar melhor Estado e sociedade. Ainda, analisando os tensionamentos históricos, conclui-se que há uma necessidade de desvincular grupos religiosos ou étnicos das questões políticas, no sentido de que não deve ser benéfico compor um grupo pois ele leva vantagem em detrimento de outro. Conforme abordado ao longo do desenvolvimento, a lealdade a uma determinada etnia em geral acontece não porque o indivíduo nasce nela, mas porque se beneficia ao fazer parte dela.

Em relação aos conflitos políticos e armados, nota-se que eles estão ligados diretamente ao passado da RCA e aos tensionamentos históricos. Considera-se que um cessar-fogo eficiente passa pela reconciliação da sociedade e de uma aproximação de Bangui com as periferias do país. A dificuldade de articulação política, a organização e o fortalecimento das instituições e a legitimidade ainda frágil do governo são características dos Estados pós-coloniais e se colocam como desafios a serem superados. Na República Centro-Africana estes desafios estão claros, especialmente ao se observar como violência na política (com os diversos Golpes de Estado ao longo dos anos) e deslocamento da autoridade (o governante não é somente Chefe de Estado, ele é o Estado, em uma relação personalista) são recorrentes. Nesse contexto, as eleições de 2015/2016 podem representar um novo caminho para a condução da política na RCA. É preciso, no entanto, seguir estudando quais os rumos que o presidente Faustin Touadéra irá seguir no seu governo para analisar se esse será um novo capítulo na história da RCA ou apenas uma continuação.

Por parte dos grupos armados, vale destacar que, em geral, eles não possuem uma pauta religiosa, como costumou-se simplificar por parte da mídia tradicional e da ONU. São grupos com interesses político-econômicos, que precisam ser levados em conta nas negociações de Acordos de Paz. É possível observar, através da análise dos antigos Acordos de Paz, que há dois elementos frequentes que podem ter levado eles a falharem: as tratativas nem sempre se dão com os verdadeiros líderes dos grupos rebeldes, pois eles, em geral, não são coesos e é difícil definir quem responde pelo grupo e o lugar em que eles são assinados, sempre no exterior, dificultando uma participação mais abrangente das partes em conflito. Nesse sentido, o Fórum de Bangui pode representar um caminho novo para as negociações de cessar-fogo, com os centro-africanos sendo protagonistas nas mediações de paz.

No que tange à influência externa na política centro-africana, ela existe desde a independência, tanto com a França quanto com países da região como o Chade e a República do Congo. Historicamente, os governos dependiam dessas alianças a fim de se manterem no poder – deve-se considerar que chegar no poder através de um Golpe de Estado significa, de maneira geral, começar o governo com pouca legitimidade perante a sociedade. Assim, receber o apoio externo configurava-se como vital para manter o governo. Considera-se que a partir do momento em que a República Centro Africana conseguir consolidar transições pacíficas entre governos, como o ocorrido nas últimas eleições, e fortalecer sua soberania sobre todo território, será mais fácil não se manter sob influência direta de outros Estados. É possível que tal autonomia facilite também a condução da política externa centro-africana, que fica mais livre para ampliar e diversificar sua agenda de parcerias e negociações.

Nesse cenário de mudanças, destaca-se, ainda, a ampliação de acordos bilaterais com a China e a Rússia, que até então não figuravam entre os tradicionais parceiros da RCA, como a França. Esta sempre atuou na República Centro-Africana conforme seus interesses no território e na região. Como abordado nos capítulos anteriores, a interferência francesa oscilava entre atuação direta e indireta, entre apoio aos governos e governantes ou apoio velado aos Golpes de Estado. Cumpre destacar ainda o seu papel, como membro do Conselho de Segurança, no estabelecimento da MINUSCA na RCA, e também na sua articulação dentro da União Europeia por financiamento e envio de forças militares para o país. Por fim, durante os conflitos de 2013/2014 a França também enviou uma operação militar própria – a Operação Sangaris –, com quase dois mil soldados, a fim de apoiar o processo de *peacekeeping* no país.

Atualmente, a França retirou as sua tropa da RCA, deixando um vácuo na MINUSCA, que tem como desafio se reorganizar a partir da saída francesa. Cabe a ONU, agora, articular

para que a Missão receba financiamento e tropas suficientes para que ela seja de fato eficiente e capaz de cumprir o seu mandato. Apesar dessa Missão ser diferente das tentativas anteriores (a RCA recebe Missões de *peacekeeping* e *peacebuilding* desde 1997) na teoria, na prática a MINUSCA não tem se mostrado apta para lidar com os desafios do conflito e do pós-conflito centro-africano. Após denúncias de abusos cometidos pelos *peacekeepers* contra a população civil, ela ainda tem dificuldade em aceitar plenamente a presença dos capacetes azuis. Ademais, as soluções prontas, vindas de Nova Iorque, não foram eficientes no passado, segundo apresentado nos capítulos anteriores, e não tem se mostrado eficientes agora. A prática tem corroborado o que Lombard (2016) afirma em sua obra, que é necessário que se compreenda melhor as particularidades do Estado centro-africano ao invés de gastar recursos em soluções pré-prontas e genéricas.

A partir da reorganização das instituições estatais, que vem sendo feita desde o governo interino de Catherine Samba-Panza, o Estado terá novos desafios para superar, como por exemplo a recuperação econômica, principalmente de setores estratégicos como a mineração e a exploração de petróleo. Entretanto, a volta do crescimento econômico não depende somente da estabilidade do Estado, mas também de investimentos em infraestrutura, que ainda é deficiente no país. Outro desafio é promover o retorno dos deslocados pelo conflito para suas casas e cidades. Aproximadamente um quarto da população está deslocada, seja interna seja externamente. Grande parte dela também necessita algum auxílio para ter acesso a recursos básicos como alimentos, água potável e medicamentos. Assistir a população passa pela estabilização do Estado e pelo aumento de suas capacidades, principalmente econômicas, para que ele seja capaz de alcançar as áreas mais remotas, que ainda são suscetíveis ao aparecimento de grupos rebeldes.

Por fim, considera-se que esta pesquisa conseguiu contribuir para os esforços de entender os tensionamentos históricos na República Centro-Africana, tendo sido capaz de alcançar tanto o objetivo principal de compreender os desdobramentos políticos do governo da *Seleka* quanto os objetivos secundários propostos, como as bases que moldaram o Estado centro-africano desde a sua independência, as mudanças constantes de governo através de Golpes de Estado e demais elementos que até hoje moldam a política centro-africana. Neste trabalho não foi possível discutir questões mais particulares da sociedade centro-africana como as dinâmicas das regiões periféricas à nordeste e sua relação com as fronteiras com Chade e Sudão. Nesse sentido, pretende-se aprofundar tais questões em estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; KUELE, Giovanna. República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito. **Instituto Igarapé Policy Brief**. Dez. 2017. Disponível em: <[https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CONSOLIDADO\\_ICP-2017-Policy-Brief-RCA-PT-Dez21.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CONSOLIDADO_ICP-2017-Policy-Brief-RCA-PT-Dez21.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- AFRICAN UNION. **Report of the Chairperson of the Commission on the Situation in the Central African Republic**. 17 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/psc-380-report-car-17-06-2013-rev-1-.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.
- AFRICAN UNION. **1<sup>st</sup> Progress Report of the Commission of the African Union on the Situation in the Central African Republic and the Activities of the African-led International Support Mission in the Central African Republic**. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/1-st-auc-progress-report-misca-06-03-2014-2-.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.
- AFRICAN UNION. **Declaration**. 3<sup>rd</sup> Meeting of the International Contact Group on the Central African Republic Bangui, 8 nov. 2013b. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/auc-decla-icg-car-08-11-2013.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.
- AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (Brasil). **Certificado do Processo de Kimberley**. 2018. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/certificado-do-processo-de-kimberley>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- ANGOLA, CAR sign legal instruments for bilateral cooperation. **Reliefweb**, 05 mar. 2014. Report from Government of Angola. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/central-african-republic/angola-car-sign-legal-instruments-bilateral-cooperation>>. Acesso em: 28 out. 2018.
- BANÉGAS, Richard; QUANTIN, Patrick. Orientations et Limites de l'aide Française au Développement Démocratique. **Canadian Journal Of Development Studies/revue Canadienne D'études Du Développement**, [s.l.], v. 17, n. 4, p.113-133, jan. 1996. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/02255189.1996.9669683>.
- BANERJEE, Ahana. **Perspectives on Crisis in Central African Republic**. Africa Trends, Apr. 2013. Disponível em: <[https://idsa.in/africatrends/perspectives-on-crisis-in-central-african-republic\\_abanerjee](https://idsa.in/africatrends/perspectives-on-crisis-in-central-african-republic_abanerjee)>. Acesso em: 25 out. 2018.
- BRAZZAVILLE recebe Fórum para a Reconciliação Nacional na República Centro-Africana. **África 21**, 08 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.africa21online.com/artigo.php?a=3002&e=Pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRUCAN, Silviu. **La Disolución del Poder**. México: Siglo XXI, 1974.
- CAKAJ, Ledio. In Unclaimed Land: The Lord's Resistance Army in CAR. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana (Ed.). **Making Sense of the Central African Republic**. Londres: Zed Books, 2015. p. 267-294.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Política Externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional**. Porto Alegre: CEBRAFRICA-UFRGS, 2017.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Rienner, 1999.

CIA WORLD FACTBOOK. **Africa: Central African Republic**. 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/Publications/the-world-factbook/geos/ct.html>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CLAIRET, Sophie. **République centrafricaine, curiosités géoéconomiques en cartes**. 12 dez. 2013. Disponível em: <<https://geosophie.eu/2013/12/12/republique-centrafricaine-curiosites-geoekonomiques-en-cartes/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: The politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DALBY, Ned. A Multifaceted Business: Diamonds in the Central African Republic. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana (Ed.). **Making Sense of the Central African Republic**. Londres: Zed Books, 2015. p. 123-141.

DJOTODIA et Bozize signent pour la paix. **BBC Afrique**. 14 abr. 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/afrique/region/2015/04/150414\\_djotodia\\_bozize\\_peace](https://www.bbc.com/afrique/region/2015/04/150414_djotodia_bozize_peace)>. Acesso em: 15 out. 2018.

DUHEM, Vincent. **Centrafrique: 5 choses à savoir sur Catherine Samba Panza, la nouvelle présidente de transition**. 2014. Disponível em: <<http://www.jeuneafrique.com/166118/politique/centrafrique-5-choses-savoir-sur-catherine-samba-panza-la-nouvelle-pr-sidente-de-transition/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **A non-ethnic state for Africa?: On integration, disintegration, difference and similarity in contemporary Africa**. 1996. Disponível em: <<http://hyllanderiksen.net/Africa.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

GLAWION, Tim; VRIES, Lotje de. Ruptures revoked: why the Central African Republic's unprecedented crisis has not altered deep-seated patterns of governance. **The Journal Of Modern African Studies**, [s.l.], v. 56, n. 03, p.421-442, 6 ago. 2018. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0022278x18000307>.

GLAWION, Tim; VRIES, Lotje de. Speculating on Crisis: the Progressive Disintegration of the Central African Republic's Political Economy. **CRU Report**. Oct. 2015. Disponível em: <[https://www.clingendael.org/pub/2015/speculating\\_on\\_crisis/](https://www.clingendael.org/pub/2015/speculating_on_crisis/)>. Acesso em: 24 out. 2018.

HÉMEZ, Rémy. Operation Sangaris: A case study in Limited Military Intervention. **Military Review**, Kansas, v.96, n. 6, p. 72-80, nov./dec. 2016. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/documents/Military-Review-20161231-art014.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

HUFFPOST. **Centrafrique: Catherine Samba-Panza, la maire de Bangui, élue présidente de transition**. 2014. Disponível em: <[https://www.huffingtonpost.fr/2014/01/20/presidente-transition-centrafrique-catherine-samba-panza\\_n\\_4631246.html](https://www.huffingtonpost.fr/2014/01/20/presidente-transition-centrafrique-catherine-samba-panza_n_4631246.html)>. Acesso em 16 mai. 2018.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Central African Republic Anatomy of a Phantom State. **Africa Report** N°136. Nairobi/Brussels: ICG, 2007.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Dangerous Little Stones: Diamonds in the Central African Republic. **Africa Report** N°167. Nairobi/Brussels: ICG, 2010.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. The Central African Crisis: From Predation to Stabilisation. **Africa Report** N°219. Nairobi/Brussels: ICG, 2014.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Central African Republic: The Roots of Violence. **Africa Report** N°230. Nairobi/Brussels: ICG, 2015.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Avoiding the Worst in Central African Republic. **Africa Report**. No 253 Nairobi/Brussels: ICG, 2017.

ISAACS-MARTIN, Wendy. Political and Ethnic Identity in Violent Conflict: The Case of Central African Republic. **International Journal Of Conflict And Violence**, Bielefeld, v. 10, n. 1, p.25-39, dez. 2016.

KAM KAH, Henry. Central African Republic. Understanding the Séléka Insurrection of March 24, 2013. **Conflict Studies Quarterly**, [s.n], n. 5, p. 47-66, Oct. 2013. Disponível em: <<http://www.csq.ro/wp-content/uploads/CSQ-5.-Kam-Kah.pdf>>. Acesso em 01 out. 2018.

KAM KAH, Henry. A insurgência Séléka e a insegurança na República Centro-Africana entre 2012 e 2014. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.40-67, 2016.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. Lisboa: Antídoto, 1979.

LOMBARD, Louisa. **A Brief Political History of the Central African Republic**. Hot Spots, Cultural Anthropology website, June 11, 2014. <https://culanth.org/fieldsights/539-a-brief-political-history-of-the-central-african-republic>. Acesso em 15 set. 2018.

LOMBARD, Louisa. **State of Rebellion: Violence and Intervention in the Central African Republic**. Zed Books: London, 2016.

LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana. Making Sense of CAR: An Introduction. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana (Ed). **Making sense of the Central African Republic**. Zed Books: London, 2015. p. 1-16.

MARCHAL, Roland. Being Rich, Being Poor: Wealth and Fear in the Central African Republic. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana (Ed.). **Making Sense of the Central African Republic**. Londres: Zed Books, 2015. p. 53-75.

MARCHAL, Roland. **Brève histoire d'une transition singulière: la République Centrafricaine de janvier 2014 à mars 2016**. [s.l.]: ROSCA, G&D, 2016.

MARTIN, Guy. **Africa in World Politics: A Pan-African Perspective**. Trenton: Africa World Press, 2002.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (Emirados Árabes Unidos). **Kimberley Process: Midterm Report**. 2016. Disponível em: <[https://www.kimberleyprocess.com/en/system/files/documents/kimberley\\_process\\_mid-term\\_report.pdf](https://www.kimberleyprocess.com/en/system/files/documents/kimberley_process_mid-term_report.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2018.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo - último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OLIN, Nathaniel. Pathologies of Peacekeeping and Peacebuilding in CAR. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana (Ed.). **Making Sense of the Central African Republic**. Londres: Zed Books, 2015. p. 194-218.

RFI Afrique. **Forum de Bangui: les groupes armés signent un accord de désarmement**. 10 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/afrique/2min/20150510-rca-forum-bangui-accord-ddr-seleka-anti-balaka-justice-reconciliation>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror**. New York: Cambridge, 2013.

SMITH, Stephen W. CAR's History: The Past of a Tense Present. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana. **Making Sense of the Central African Republic**. Londres: Zed Books, 2015a. p. 17-52.

SMITH, Stephen W. The Elite's Road to Riches in a Poor Country. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana. **Making Sense of the Central African Republic**. London: Zed Books, 2015b. p. 102-122.

SURVIVORS describe massacre in Bangui. **The New York Times**, Nova York, 30 set. 1979, p. 15. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1979/09/30/archives/survivors-describe-massacre-in-bangui-2-central-african-youths-say.html>>. Acesso em: 09 set. 2018.

TAYLOR, Ian. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. Continuum: New York, 2010.

THE FOUND FOR PEACE. **Fragile state index 2017**. Washington D.C., 2017. Disponível em: <<http://fundforpeace.org/fsi/>>. Acesso em: 16 set. 2018.

THE EXTRACTIVE INDUSTRIES TRANSPARENCY INITIATIVE – EITI. (Org.). **Who we are**. 2018. Disponível em: <<https://eiti.org/who-we-are>>. Acesso em: 29 out. 2018.

UNITED NATIONS. Declaration issued by the State - Bangui Accords. **Peacemaker UN**. New York: United Nations, 1997. Disponível em: <[https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CF\\_970125\\_BanguiAccords\\_0.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CF_970125_BanguiAccords_0.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2018.

UNITED NATIONS. Letter dated 28 October 2014 from the Panel of Experts on the Central African Republic established pursuant to Security Council resolution 2127 (2013) addressed to the President of the Security Council. **Index S/2014/762**. 29 out. 2014. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/N1453897.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

UNITED NATIONS. United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In The Central African Republic. **About**. 2018 Disponível em: <<https://minusca.unmissions.org/en/about>>. Acesso em: 28 out. 2018.

UNITED NATIONS GEOSPATIAL INFORMATION SECTION. **MINISCA C.A.R.** 2018. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/MINUSCA.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2018.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. CAR Situation: Refugees and IDPs (31 Dec 2015). New York: United Nations, 2016. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/fr/documents/details/33098>>. Acesso em: 18 out. 2018.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Republique centrafricaine: Aperçu humanitaire**. Out. 2017. Disponível em: <[https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/rca\\_ocha\\_141017\\_apercu\\_humanitaire.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/rca_ocha_141017_apercu_humanitaire.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **Central African Republic: situation map**. 2013. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/rca>>. Acesso em: 15 set. 2018.

UNIVERSITY OF CENTRAL ARKANSAS. **36. Central African Republic (1960-present)**. [2015]. Disponível em: <<http://uca.edu/politicalscience/dadm-project/sub-saharan-africa-region/central-african-republic-1960-present/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafrafrique**. [s.l.]: Flibuste, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes; EQUIPE NERINT/CEBRAFRICA. **Guia de Política Externa dos Estados Africanos**. Porto Alegre: Palmarinca e NERINT/UFRGS, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: the politics of independence**. New York: Vintage Books, 1961.

WELZ, Martin. Briefing: Crisis in the Central African Republic and the international response. **African Affairs**, [s.l.], v. 113, n. 453, p.601-610, 11 set. 2014. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/afraf/adu048>.

WOHLERS, Laurence D. A Central African Elite Perspective on the struggles of the Central African Republic. In: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana. **Making Sense of the Central African Republic**. Londres: Zed Books, 2015b. p. 295-318.

ZIFCAK, Spencer. What Happened to the International Community? R2P and the conflicts in South Sudan and Central African Republic. **Melbourne Journal of International Law**, Melbourne, v 16, n.1, p. 52-85, Aug. 2015.

## APÊNDICE A – CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS NA RCA

| ANO       | EVENTO   |
|-----------|--|
| 1960      | Independência da França  |
| 1963/1964 | David Dacko é eleito primeiro presidente da RCA  |
| 1965/1966 | Golpe de Estado executado por Jean-Bédél Bokassa   |
| 1972      | Autoproclamação de Bokassa a "Presidente vitalício"  |
| 1977      | Bokassa se autoproclama imperador, sendo chamado Bokassa I   |
| 1979      | Operação Barracuda (FRA) destituiu Bokassa e restaurou o governo de Dacko  |
| 1981      | Golpe de Estado liderado por André Kolingba  |
| 1986      | Nova constituição aprovada por referendo   |
| 1993      | Eleição de Ange-Félix Patassé  |
| 1996/1997 | Motins na capital levam à intervenção francesa; assinado os Acordos de Bangui e estabelecimento da MISAB   |
| 2001      | Tentativa de golpe por soldados leais a Kolingba   |
| 2003      | Golpe de Estado executado por François Bozizé  |
| 2005      | Eleição de Bozizé e três grandes rebeliões emergem no nordeste, uma delas controlada por Patassé do exílio   |
| 2008      | Acordos de Paz com os grupos rebeldes são assinados em Libreville (Rep. do Congo)  |
| 2011      | Oposição contesta resultado das eleições que reelegeram Bozizé   |
| 2012      | Surgimento da coalizão <i>Seleka</i> , liderada por Michel Djotodia, que toma o nordeste do país   |
| 2013      | <b>Jan:</b> tentativa de cessar-fogo com os Acordos de Libreville;<br><b>Mar:</b> rebeldes cruzam linha vermelha, tomam Bangui e se estabelecem no poder;<br><b>Set:</b> <i>Seleka</i> é formalmente dissolvida;<br><b>Dez:</b> Conselho de Segurança da ONU autoriza a MISCA e a Operação Sangaris (FRA); começam os ataques dos grupos anti- <i>balaka</i> |
| 2014      | <b>Jan:</b> Conselho Nacional de Transição elege Catherine Samba-Panza após abdicação de Djotodia;<br><b>Abr:</b> Conselho de Segurança autoriza a MINUSCA;<br><b>Out:</b> volta da violência na região da capital;  |
| 2015      | Referendo em dezembro aprova nova constituição e começa o processo eleitoral para o legislativo e o executivo  |
| 2016      | Faustin Touadéra é eleito presidente da RCA em segundo turno e a França encerra a Operação Sangaris  |